

RELATÓRIO E CONTAS

2010

BES, Companhia de Seguros, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092
Capital Social: 15.000.000 €

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal nº 4/2007, de 27 de Abril, e respectivas alterações subsequentes, da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Seguros ou Companhia) relativos ao Exercício de 2010.

Índice

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O sector segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da actividade
- 1.4 A actividade da BES Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às

Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

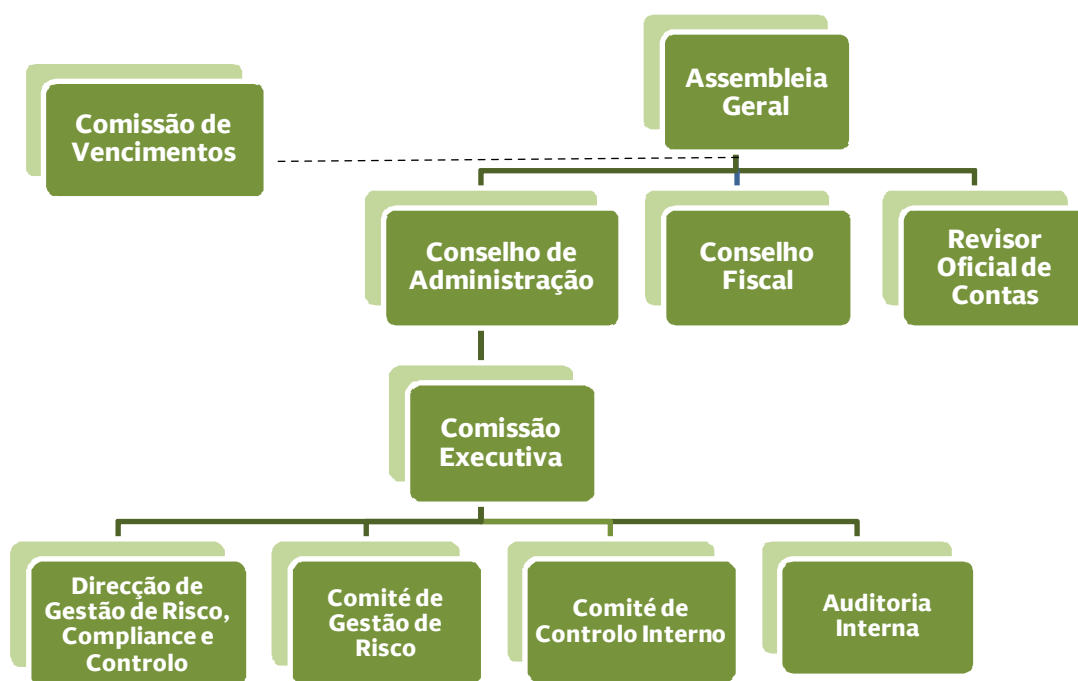
- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1.1.1. Estrutura do Governo da BES Vida

As regras e estrutura de Governo da BES, Companhia de Seguros, S.A. foram definidas com o objectivo de garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor, transparência e valorização dos clientes.



A Assembleia Geral de Accionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Accionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da BES Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da BES Seguros, a Ernst & Young e Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a BES Seguros está sujeita, o Instituto de Seguros de Portugal.

1.1.2 Composição dos Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral Anual da BES Seguros, realizada no dia 28 de Março de 2008, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2008 a 2011. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da BES Seguros em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

1.1.2.1 Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.1.1 Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Vice-Presidente: Michel Victor François Villatte

Secretário: Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

1.1.2.1.2 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia Geral dos Accionistas os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A cada acção corresponderá um voto.

QUATRO – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os accionistas que pretendam fazer-se representar por outro accionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

1.1.2.1.3 Representação

Os Senhores Accionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Accionistas que sejam pessoas colectivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de accionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

1.1.2.1.4 Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Accionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

1.1.2.1.5 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do órgão de Fiscalização, sob proposta da Comissão de Vencimentos.

1.1.2.2 Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

- Presidente do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group
- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Logo
- Presidente do Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Contact Center, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Saúde

Thierry Adolph Langrenay

- Vice Presidente do conselho de Administração*

Outros Cargos:

- Chief Executive Officer do Crédit Agricole Assurances Italia Holding
- Vogal Conselho de Administração do Crédit Agricole Vita (Itália)
- Vogal do Conselho de Administração da Emporiki Life (Grécia)
- Vogal do Conselho de Administração da Bancassurance Sal (Líbano)
- Presidente do Conselho de Administração do Credit Agricole Life Europe
- Vogal do Conselho de Administração do Credit Agricole Life Japan
- Vogal do Conselho de Administração do Credit Agricole Risk Insurance (CARI)
- Vogal do Conselho de Administração do Crédit Agricole Reinsurance (CARE)
- Director Geral da Pacífica, S.A.**

**Cessou as suas funções na BES Vida com efeitos a partir do dia 17 de Dezembro de 2010. O Conselho de Administração decidiu cooptar o Dr. Jérôme Grivet em sua substituição.*

***Iniciou funções a partir do dia 1 de Dezembro de 2010.*

Michel Joseph Paul Goutorbe

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf, Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Eurofactor Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BESPARG, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Ventures, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da ES Tech Ventures, SGPS, S.A.

Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Ventures, SCR, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Glintt, Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Companhia de Seguros LOGO
- Vogal do Conselho de Administração da T Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AdvanceCare, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
- Presidente da Comissão Técnica de Saude da Associação Portuguesa de Seguradores
- Representante de Portugal na Comissão de Saude do Comité Europeu de Seguros.

Patrick André Duplan

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Administrador da Apri Prevoyance
- Administrador da Iena Actions Europeennes
- Administrador da IFCAM
- Director Geral da Pacifica, S.A.
- Administrador da Predica, S.A.
- Administrador da La Medicale de France
- Vice Presidente do Conselho de Supervisão da Sopresa
- Administrador do MRA CA (Assurances du Crédit Agricole Nord de France)
- Administrador da Attica
- Administrador do Crédit Agricole Assicurazioni

Olivier Ronan Melennec

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf- Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.

Dominique Yves Albert Lauré*

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração do CACI Life Limited
- Vogal do conselho de Administração CACI Non-Life Limited
- Vogal do Conselho de Administração CACI-Reinsurance Limited
- Vogal do Conselho de Administração da Space Holding (Ireland) Limited
- Vogal do Conselho de Administração da Emporiki Insurance
- Vogal do Conselho de Administração CAAIH (Credit Agricole Assurances Italia Holding)
- Vogal do Conselho de Administração CAA (Credit Agricole Assicurazioni)
- Vogal do Conselho de Administração CARE (Credit Agricole Reinsurance)
- Vogal do Conselho de Administração CARI (Credit Agricole Risk Insurance)

**Cessou as suas funções na BES Seguros mediante carta de renúncia datada de 28 de Maio de 2010. O Conselho de Administração decidiu cooptar o Dr. Hervé Hassan em sua substituição.*

O Conselho de Administração delega a Gestão Corrente da Sociedade numa Comissão Executiva composta pelos seguintes Administradores:

Chief Executive Officer:	Michel Joseph Paul Goutorbe
Chief Operacional Officer:	Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
Chief Financial Officer:	Olivier Ronan Melennec

1.1.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da BES Seguros é composto por um Presidente, dois membros efectivos e um membro suplente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.3.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Presidente: José Manuel Ruivo da Pena

Vogal: José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal: Paulo Ribeiro da Silva

**Em virtude de renúncia às funções de membro efectivo do Conselho Fiscal da BES Seguros, apresentada pelo Dr. Hervé Hassan, foi o mesmo substituído pelo vogal suplente Paulo Ribeiro da Silva e será eleito novo membro efectivo na próxima Assembleia Geral Ordinária de Accionistas.*

1.1.2.4 Revisor Oficial de Contas

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.4.1 Identificação do Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas Efectivo: Ernst & Young Audit e Associados -SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas)

Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de Contas)

1.1.2.5 Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

1.1.2.5.1 Identificação do Secretário da Sociedade

Secretário: Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão

Secretário Suplente: Francisco Maria Vilhena de Carvalho

1.1.2.6 Composição da Comissão de Vencimentos

Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Thierry Philippe Adolphe Langrenay

1.1.3 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

A proposta da Comissão de Vencimentos apresentada à Assembleia Geral Anual no dia 30 de Março de 2010 teve o seguinte conteúdo:

Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os objectivos estratégicos da Companhia;

Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;

Considerando que na BES Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;

Considerando que deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração;

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da empresa:

Membros do Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- Fixa, com referência ao exercício em curso;
- Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso.

A remuneração fixa é estabelecida pela comissão de Vencimentos tendo em conta:

- As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal e na União Europeia;
- As remunerações pagas no Grupo “Crédit Agricole” para cargos de responsabilidade semelhante;
- O desempenho individual anual de cada Administrador.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global da Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa.

Membros do Conselho fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

Propõe-se que a política ora proposta vigore até ao termo do mandato dos órgãos sociais, correspondente ao quadriénio 2008-2011.”

Em 2010, os membros dos órgãos sociais auferiram as seguintes remunerações:

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54.964 €	0 €	54.964 €
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	28.560 €	17.000 €	45.560 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	22.351 €	16.045 €	38.396 €
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	28.000 €	15.001 €	43.001 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €
Total		172.431 €	48.047 €	220.478 €

1.1.4 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:** Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) Entidade que recolhe a comunicação:** Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo; A Direcção de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- 3) **Comunicações Anónimas:** Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correcção de situações de incumprimento reportada será tratada confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- 4) **Não retaliação:** É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- 5) **Arquivo das Comunicações:** Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos.
Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

1.1.5 Estrutura de Capital

O capital Social da BES Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 acções com valor nominal de 5,00 euros cada.

1.1.5.1 Estrutura Accionista

Estrutura Accionista a 31 de Dezembro de 2010		
Accionista	Nrº Acções	% Capital Social
Crédit Agricole, S.A.	1.500.000,00	50,00%
Banco Espírito Santo, S.A.	749.800,00	24,9994%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	100,00	0,00003%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS,S.A.	100,00	0,00003%
Total	3.000.000,00	100,00%

1.1.5.2 Identificação Accionistas titulares de Direitos Especiais:

Nenhum dos accionistas é titular de Direitos Especiais.

1.1.5.3 Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

1.1.5.4 Alteração dos Estatutos da BES Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da BES Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

1.1.6. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo é a Direcção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direcção, no cumprimento das suas atribuições, efectua um acompanhamento regular da legislação em vigor e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, sobretudo em resultado do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda. A necessidade de apoio financeiro da UE e do FMI a estas economias alimentou um receio de contágio a outras economias da periferia da Zona Euro, em particular a Portugal e Espanha, penalizando as respectivas condições de financiamento. A revisão em baixa das notações do risco soberano da periferia da Zona Euro e os receios sobre a deterioração da qualidade do crédito (tanto ao nível da dívida soberana como do crédito hipotecário) penalizaram igualmente as condições de financiamento dos bancos europeus.

Reflectindo a quebra de confiança dos investidores, o EUR registou uma depreciação de 6.7% face ao USD no conjunto de 2010 e os índices accionistas CAC40, IBEX e PSI-20 desvalorizaram-se, respectivamente, 3.34%, 17.43% e 10.34%. Em contraste, e reflectindo o desempenho excepcionalmente favorável da economia alemã, o índice DAX valorizou-se 16.06%.

Apesar dos receios de instabilidade financeira atrás descritos, o ano de 2010 foi também marcado por uma evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas, com os impactos desfasados dos estímulos das políticas monetária e orçamental a fazerem sentir-se na procura interna e, sobretudo, nos fluxos de comércio internacional. Após os registos negativos observados em 2009, o PIB cresceu 3.6% na Alemanha, 1.7% na Zona Euro e 2.9% nos EUA. Neste contexto, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 ganharam 11.02%, 16.91% e 12.78% no conjunto de 2010, beneficiando também da postura expansionista da política monetária da Reserva Federal.

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando-se crescimentos de 10.3% na China e 7.5% no Brasil.

Embora perante uma conjuntura marcada ainda por diversas incertezas e riscos, após a contracção do PIB observada em 2009 (-2.6%), a economia dos **Estados Unidos** cresceu 2.9% no conjunto de 2010.

A natureza marcadamente expansionista da política económica levada a cabo pelo Governo e pela Reserva Federal na sequência da recessão de 2009, produziu o seu efeito máximo no final desse ano e foi-se esbatendo ao longo do 1º semestre de 2010. O crescimento do PIB desacelerou de 5%, em termos anualizados, no 4º trimestre de 2009, para apenas 1.7%, no 2º trimestre de 2010, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego, embora em queda, permaneceu elevada (9.5% da população activa no final do 1º semestre). A persistência de uma elevada capacidade produtiva excedente contribuiu para que a inflação registasse uma trajectória de queda ao longo deste período.

Concluído o programa de aquisição de títulos no final do 1º trimestre, a Reserva Federal iniciou em Agosto uma nova fase da política monetária, com o reinvestimento do valor dos instrumentos de dívida vencidos em obrigações de longo prazo do Tesouro norte-americano, procurando, assim, manter inalterado o nível do seu balanço, ao mesmo tempo que sinalizava aos mercados financeiros a possibilidade de novas medidas expansionistas. Em Novembro, a autoridade monetária anunciou um novo programa de aquisição de “*Treasuries*” de maturidades longas, num montante adicional de USD 600 mil milhões, a fim de manter um ambiente de baixas taxas de juros de longo prazo.

Na vertente orçamental, a Governo anunciou novos estímulos à procura interna, incluindo o prolongamento de uma parte substancial dos estímulos fiscais da era Bush, envolvendo uma verba global superior a USD 800 mil milhões.

Estas acções permitiram inverter o sentimento negativo dos mercados, consolidados pelo comportamento dos indicadores económicos mais relevantes. Neste contexto, o PIB norte-americano registou crescimentos anualizados de 2.6% e 3.2% nos 3º e 4º trimestres, com desempenhos mais favoráveis do consumo privado (crescimento anualizado de 4.4% no 4º trimestre). No final do ano, assistiu-se também a uma importante recuperação do crédito às empresas, suportada por uma maior disponibilidade dos Bancos para o financiamento deste sector. A este facto não terá sido estranha a evolução favorável dos resultados das empresas, quer no sector financeiro, quer no sector não financeiro.

O último trimestre do ano interrompeu a tendência de descida das taxas de juros de mercado, com as perspectivas mais favoráveis para a actividade económica a gerarem alguns receios de pressões inflacionistas futuras, dada a manutenção de uma política monetária fortemente expansionista. Para além das injeções extraordinárias de liquidez, a Reserva Federal não sinalizou qualquer intenção de iniciar um ciclo de subidas dos juros de referência, mantendo-se a taxa de referência num intervalo entre 0% e 0.25% ao longo de 2010.

A economia da **Zona Euro** foi consolidando, ao longo do ano de 2010, a trajectória de progressiva recuperação da actividade iniciada na segunda metade de 2009, que pôs termo ao período de recessão iniciado no 2º trimestre de 2008. O PIB registou, assim, um crescimento de 1.7%, após a contracção de 4.1% verificada em 2009. Na base desta recuperação encontra-se o forte desempenho das exportações, beneficiando da dinamização dos fluxos de comércio internacional e, em especial, da procura oriunda das economias emergentes, que exerceu um forte efeito favorável sobre a produção industrial. Particularmente forte foi o desempenho da actividade no 2º trimestre, ao crescer 1% em termos trimestrais, beneficiando do estímulo fornecido pelo conjunto das políticas públicas implementadas, de cariz expansionista. No entanto, a base da recuperação foi-se tornando gradualmente mais ampla, sendo também de notar a melhoria do consumo privado e a moderação da quebra sofrida pelo investimento (tendo o investimento em equipamento exibido já um crescimento face ao ano anterior), acompanhando uma melhoria dos níveis de confiança e a progressiva normalização das condições de financiamento nas economias “core”. A recuperação da actividade no conjunto da Zona Euro não foi, no

entanto, uniforme, sendo de sublinhar a evidente heterogeneidade de desempenho entre Estados-membros. Digno de registo é o desempenho da economia alemã, que cresceu 3.6% no conjunto do ano, o maior ritmo de expansão desde a reunificação, com um forte contributo das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho contrasta com a desaceleração e mesmo contracção registados pelas economias periféricas da União Económica e Monetária. Neste plano, é de destacar a contracção das economias grega, irlandesa e espanhola, a primeira das quais superior a 4%, sobretudo em consequência do acentuado esforço de consolidação orçamental em curso naqueles Estados-membros. No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1.4%, após o registo de 0.3% em 2009, uma subida que em grande medida se ficou a dever às componentes de energia e transportes e alimentação. No entanto, a taxa de inflação subjacente, que exclui aquelas componentes, registou um decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego, para 10% da população activa. Neste contexto, o Banco Central Europeu manteve inalterada, durante todo o ano, a taxa de juros de referência em 1%, nível a que se encontra desde Maio de 2009. Paralelamente, a autoridade monetária forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses e também, a partir de Maio, adquirindo pontualmente, em mercado secundário, títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, e que foram particularmente visíveis nos mercados de dívida soberana de alguns Estados periféricos. Ao abrigo deste programa, o BCE adquiriu um total de 73.5 mil milhões de euros em títulos de dívida até ao final do ano. Este montante foi objecto de esterilização, através da constituição de depósitos de curto prazo dos bancos comerciais junto do BCE, de modo a não incrementar a oferta monetária.

No que respeita à economia dos nossos vizinhos na Península Ibérica, ela registou um recuo marginal em 2010 (-0.1%), reagindo assim à forte contracção registada em 2009 (-3.7%). O melhor desempenho deveu-se fundamentalmente à recuperação do consumo das famílias, ao avançar 1.3% em termos anuais, apesar da evolução desfavorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a agravar-se de 18.8% para 20.33% da população activa, o valor mais elevado em mais de uma década. Por outro lado, o investimento caiu 7.4%, novamente condicionado pela evolução negativa do sector da construção (reco de mais de 10%), mas compensado, em parte, pela despesa em bens de equipamento (2.2%).

Entretanto, o consumo público sofreu uma quebra em consequência das medidas de austeridade implementadas pelo Governo Espanhol. Por outro lado, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações a recuperarem, graças à aceleração da economia global e a ganhos de competitividade, e com as importações a evoluírem a um ritmo inferior.

Após um défice orçamental de 11.1% do PIB em 2009, em consequência da forte contracção da actividade, o défice orçamental diminuiu para próximo de 9.3% do PIB em 2010. Para além da subida do IVA, os salários dos funcionários públicos sofreram uma redução de 5% e o Governo Espanhol procedeu a cortes significativos na saúde, no investimento e nas prestações sociais. Estas medidas de cariz

restritivo foram reforçadas num contexto das preocupações dos investidores com a sustentabilidade da dívida pública dos países da periferia da Zona Euro, nomeadamente com a revisão em baixa das notações da dívida pública espanhola por três das principais agências de “rating” que, de um modo geral, evidenciaram a debilidade da economia espanhola (que enfraquece a posição orçamental), o forte endividamento do sector privado, um mercado de trabalho pouco flexível e o impacto que a reestruturação necessária do sector financeiro terá no processo de recuperação da economia.

1.2.2. Situação económica nacional

O ano de 2010 foi caracterizado por uma deterioração das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo, na sequência do “downgrading” da República (em dois graus, para A-) levado a cabo, em Abril, por uma das principais agências de rating. No conjunto do ano, o *spread* dos títulos de dívida pública a 10 anos quando comparadas com os alemães subiu 296 pontos base, para 364 pontos base (tendo atingido um máximo de 460 pontos base em meados de Novembro). Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, forçando um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a maiores restrições nas condições de financiamento da actividade económica interna.

Embora com uma evolução desfavorável do consumo e do investimento na segunda metade do ano, a economia portuguesa registou em 2010 um crescimento anual de 1.4%, acima das expectativas, beneficiando, em particular, do dinamismo das exportações. Este desempenho relativamente favorável contrasta com os registos negativos de crescimento observados nas outras economias da periferia sob o foco dos mercados (Espanha, Irlanda e Grécia) e resulta também, em parte, do facto de a procura interna não ter sido afectada, como em outras economias, por efeitos negativos associados a fortes correcções do mercado imobiliário.

No contexto da crise do risco soberano da Zona Euro, a política orçamental foi caracterizada, em 2010 (sobretudo no último trimestre), pela adopção de medidas fortemente restritivas, com o objectivo de reduzir o défice de 9.3% do PIB, em 2009, para 4.6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se, neste caso, a subida do IVA, de 20% para 21% em Julho, e de 21% para 23% já em Janeiro de 2011. Do lado da despesa, destaca-se o anúncio da redução dos salários e o congelamento de admissões na função pública, para além de cortes nas despesas sociais e de investimento. Em 2010, o défice das Administrações Públicas reduziu-se para um valor em torno de 6.9% do PIB (abaixo da estimativa inicial de 7.3%, embora beneficiando de uma receita extraordinária de cerca de 1.1% do PIB, decorrente da transferência dos

fundos de pensões da PT para o sistema público de pensões). A dívida pública subiu de 76.1% para 82.1% do PIB, mantendo-se abaixo da média da Zona Euro, de 84.1% do PIB.

A subida da taxa média anual de desemprego, de 9.5% para 10.8% da população activa, e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizaram a confiança dos consumidores e determinaram uma desaceleração da procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu ainda cerca de 1.9%, sobretudo em resultado da antecipação de decisões de consumo, face aos aumentos do IVA atrás referidos. Este efeito foi particularmente visível na aquisição de bens duradouros (sobretudo veículos de transporte). Em termos médios anuais, a inflação no consumo subiu de -0.8% para 1.4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, sobretudo em função da subida dos preços da energia. A inflação homóloga atingiu 2.5% em Dezembro.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas de financiamento levaram a uma nova queda do investimento (perto de 6%, após um registo de -14% em 2009). A retracção das despesas de capital foi comum a todos os sectores – famílias, empresas e Administrações Públicas.

As exportações registaram um crescimento em torno de 8.8%, após um recuo de 11.7% no ano anterior. Para este desempenho contribuíram, sobretudo, as exportações associadas à indústria transformadora, beneficiando da recuperação da procura e da actividade industrial a nível global e, por arrastamento, nos principais parceiros comerciais de Portugal na Zona Euro (com destaque para a Alemanha, com um crescimento anual do PIB de 3.6%). As encomendas externas à indústria mantinham um forte crescimento na parte final do ano (perto de 50%, em termos nominais e homólogos).

O comportamento favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna (pressionando em baixa as importações), contribuíram para uma redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, reduziu-se de 9.4% para 8.5% do PIB. O processo de “*deleverage*” em curso na economia portuguesa foi também visível no recuo do “*stock*” de responsabilidades externas líquidas, de 109% para cerca de 104% do PIB.

1.2.3. O sector segurador

Apesar de uma conjuntura económica, financeira e social difícil, a actividade de seguros em Portugal teve em 2010 sinais positivos. Depois da queda registada em 2009, o volume de negócios do sector segurador verificou uma expansão significativa, proporcionando uma posição relativa do sector segurador no PIB de aproximadamente 10%, o maior nível jamais alcançado no nosso mercado.

De acordo com uma amostra superior a 98%¹, o volume de produção da actividade seguradora em Portugal ascendeu a mais de 16,1 mil milhões de euros de prémios de seguro directo e entregas para contratos de investimento e de prestação de serviços, o que corresponde a um crescimento de 12,7%.

Esta evolução deve-se fundamentalmente à expansão do segmento Vida (17,2%), que representa já 75% da produção, pois o crescimento do segmento Não Vida foi pouco significativo (0,9%), ainda que tal represente uma clara recuperação face às quedas verificadas nos anos anteriores.

PRODUÇÃO ACUMULADA	Em milhares de euros		Variação homóloga	Estrutura	
	2009	2010		2009	2010
VIDA	10.320.117	12.097.423	17,2%	72,0%	75,0%
Rendas Vitalícias	27.946	23.990	-14,2%	0,2%	0,1%
Restantes Produtos de Risco	909.904	921.645	1,3%	6,4%	5,7%
Produtos Capitalização	6.213.649	7.666.480	23,4%	43,4%	47,5%
PPR	3.144.281	3.244.908	3,2%	22,0%	20,1%
Operações de capitalização	24.336	240.400	887,8%	0,2%	1,5%
NÃO VIDA	4.004.596	4.039.392	0,9%	28,0%	25,0%
Acidentes e Doença	1.316.310	1.320.480	0,3%	9,2%	8,2%
Acidentes de Trabalho	673.737	645.777	-4,1%	4,7%	4,0%
Doença	495.048	526.562	6,4%	3,5%	3,3%
Incêndio e o. Danos de Coisas	706.875	723.186	2,3%	4,9%	4,5%
Habitação e Condomínios	371.177	385.824	3,9%	2,6%	2,4%
Comércio e Indústria	207.371	210.277	1,4%	1,4%	1,3%
Automóvel	1.706.518	1.727.907	1,3%	11,9%	10,7%
Transportes	75.078	66.669	-11,2%	0,5%	0,4%
Responsabilidade Civil Geral	98.745	101.922	3,2%	0,7%	0,6%
Diversos	101.071	99.227	-1,8%	0,7%	0,6%
TOTAL	14.324.714	16.136.815	12,7%	100,0%	100,0%

¹ Fonte APS

O crescimento do segmento Vida, alcançado num quadro de grande instabilidade dos mercados financeiros, parece reflectir a atracção dos aforradores por produtos com reduzido risco de investimento, característica presente em parte significativa dos produtos das seguradoras (os que têm capitais e rendimentos garantidos). Parece ser este o motivo que explica o expressivo crescimento dos produtos de capitalização não ligados a fundos de investimento, que surge associada a novas poupanças trazidas ao sector, como parece indicar também a expansão do volume de provisões matemáticas deste ramo. Por outro lado, num contexto de anunciadas limitações às respectivas deduções fiscais, as contribuições para ao PPR das seguradoras aumentaram novamente em 2010 (3,2%) e para um volume quase duas vezes superior ao registado há 3 anos atrás.

No segmento Não Vida, a produção revelou-se bastante mais estável relativamente a 2009, o que representa um progresso significativo face à regressão que se verificou nos dois anos anteriores. Pela positiva, importa destacar o crescimento da produção dos seguros de Doença (6,4%), Incêndio e Outros Danos (2,3%) e também o crescimento positivo, apesar de marginal, do ramo Automóvel (1,3%), indiciando uma recuperação relativamente às forte quebras registadas em 2007, 2008 e (sobretudo) 2009. Pela negativa, o destaque vai para a produção dos Acidentes de Trabalho, que continua em queda acentuada (-4,1%) pelo 4º ano consecutivo.

Também a carteira total de investimentos do sector segurador português verificou um crescimento no final de 2010, apesar da evolução desfavorável dos mercados financeiros durante o ano de 2010 e da crise da dívida pública em alguns países da zona Euro, entre os quais Portugal.

Avaliada em mais de 58 mil milhões de euros, a carteira de investimentos global cresceu cerca de 1,5% em relação ao período homólogo, o que corresponde a um aumento absoluto da ordem dos 900 milhões de euros².

Tal como na produção, também aqui esta evolução foi determinada pelo crescimento dos activos afectos a produtos do ramo Vida (+2,2%), onde se concentra a maior parte da carteira de investimentos do sector (cerca de 83%) e onde o valor dos passivos cresceu também de forma mais dinâmica (3,7%).

Já a carteira de activos afectos a ramos Não Vida conheceu mesmo um ligeiro decréscimo em 2010 (-3,5%), em linha com a evolução registada, no lado do passivo, no valor das provisões técnicas.

A carteira não afecta directamente à cobertura de passivos estava avaliada em quase 1,8 mil milhões de euros no final de 2010, mais 100 milhões de euros do que em 2009.

Quanto à natureza dos activos, houve uma tendência de privilegiar ainda mais o investimento em obrigações (que, no final de 2010, representava já 67,8%, contra 65,6% em 2009), em substituição dos produtos estruturados.

Relativamente reduzido permanece o investimento em acções, seja directamente (3,3% da carteira global), seja através de produtos estruturados (0,5%) ou de fundos de investimento (3,1%).

² Fonte APS

Os resultados de exploração do sector segurador, de acordo com as contas provisórias de um conjunto de seguradoras que representa mais de 90% do mercado, terão atingido cerca de 420 milhões de euros no exercício de 2010. Com um saldo da ordem dos 390 milhões de euros, o segmento dos seguros de Vida teve neste desempenho um contributo decisivo, beneficiando, em especial, de uma prudente e eficaz política de gestão da sua carteira de investimentos.

Já o segmento Não Vida, pressionado pelas elevadas taxas de sinistralidade médias, manteve um nível de rentabilidade modesto, globalmente inferior a 80 milhões de euros.

No que respeita à dimensão financeira do sector, o seu volume total do activo ascendeu a quase 63 mil milhões de euros (um crescimento de 3,9% face a 2009).

Também os níveis de solvência se apresentam bastante confortáveis, apesar de inferiores a 2009. Tendo por base os dados provisórios apresentados pelas companhias de seguros, o rácio de solvência global do sector segurador português no final do exercício de 2010 era de 180%, tendo sofrido um decréscimo, em termos absolutos, de cerca de 20 pontos percentuais face ao valor deste mesmo indicador em finais de 2009 (200%).

A quebra registada tem como principal justificação a evolução claramente desfavorável do rácio de solvência das empresas que exploram o ramo Vida, que viram este indicador descer 48 pontos percentuais, de 195%, em finais de 2009, para 147%, em finais de 2010. Sendo o ramo Vida aquele que é mais sensível à volatilidade dos mercados financeiros, o decréscimo dos elementos elegíveis de capital observado em 2010 nas empresas especializadas no ramo Vida (-263 milhões de euros) é significativamente influenciado pela evolução negativa dos mercados financeiros e da desvalorização dos activos, com impactos na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros. Por outro lado, de notar que a margem de solvência exigida, em linha com a evolução registada em 2010 na produção e nas provisões matemáticas/passivos financeiros, cresceu cerca de 11%, o que, naturalmente, contribuiu também para a quebra no valor do rácio de solvência.

De sinal contrário foi a evolução do rácio de solvência para as empresas que exploram exclusivamente ramos Não Vida, que cresceu para os 249% (233% em finais de 2009).

1.3. Principais indicadores e variáveis da actividade

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Activo	120.374	127.483	115.709	-5,6%	10,2%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	99.628	106.925	98.290	-6,8%	8,8%
Provisões técnicas de seguro directo	81.219	86.121	81.744	-5,7%	5,4%
Capital Próprio	23.512	26.788	22.443	-12,2%	19,4%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	75.812	73.403	70.953	3,3%	3,5%
Prémios emitidos liquidados de resseguro	63.080	60.284	59.092	4,6%	2,0%
Prémios adquiridos liquidados de resseguro	62.975	60.488	59.923	4,1%	0,9%
Custos com sinistros (bruto) *	44.852	43.387	43.611	3,4%	-0,5%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	45.749	42.982	42.116	6,4%	2,1%
Custos e gastos de exploração líquidos	13.689	12.024	12.241	13,8%	-1,8%
Actividade Financeira Líquida	2.535	2.984	998	-15,0%	199,0%
Rendimentos liquidados de gastos financeiros	2.859	2.963	4.285	-3,5%	-30,9%
Ganhos liquidados de activos e passivos	-324	21	-451	-1616,0%	104,7%
Perdas de Imparidade	0	0	2.836	-	-100,0%
Resultado Líquido do exercício	3.891	5.427	3.908	-28,3%	38,9%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	476.577	447.617	390.609	6,5%	14,6%
Nº de colaboradores	56	51	51	5	0
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	5,1%	7,4%	5,5%		
Resultado líquido / prémios adquiridos liquidados de resseguro	6,2%	9,0%	6,5%		
Resultado líquido / capital próprio	16,6%	20,3%	17,4%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	8.510	8.777	7.659		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.354	1.439	1.391		
Resultado líquido / nº colaboradores	69	106	77		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	60,8%	62,5%	65,1%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	72,6%	71,1%	70,3%		
Custos e Gastos de Exploração/Pr.Adquir.(líquidos de resseguro)	21,7%	19,9%	20,4%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	94,4%	90,9%	90,7%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A actividade da BES Seguros

1.4.1. Produção

A produção total obtida em 2010, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 104 206 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2009 (-11,4%). Desenvolvendo a sua actividade num contexto de bancaseguros e considerando o enquadramento económico e financeiro anteriormente descrito, a tal evolução não é estranha a focalização da rede de distribuição bancária em outros produtos ligados a financiamento da actividade bancária, retirando assim importância ao tempo dedicado à comercialização dos produtos de seguros não vida.

Apesar desta menor actividade, a carteira em vigor apresenta um crescimento de 6,5%, atingindo os 476 577 contratos no final de 2010.

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Nº de apólices vendidas	104.206	117.551	100.510	-11,4%	17,0%
Nº de apólices - carteira em vigor	476.577	447.617	390.609	6,5%	14,6%

De salientar ainda em 2010 o alargamento da oferta, com a introdução de soluções inovadoras, como foi o caso do produto “BES DIA a DIA”, um produto do ramo acidentes pessoais que visa a protecção das famílias para os acidentes do quotidiano.

Com um volume de 75 812 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 3,3% face ao registado em 2009. Apesar de não ser tão significativo como em anos anteriores, o crescimento do volume de negócios foi superior ao verificado no mercado dos seguros não vida, permitindo assim aumentar a quota de mercado global nos seguros não vida para 1,9% (1,8% em 2009). Esta evolução positiva fez-se sentir em quase todos os ramos, havendo apenas uma evolução negativa nos acidentes pessoais devido á quebra significativa no produto “Protecção ao Crédito”, relacionada com a desaceleração da actividade de concessão de crédito verificada no sector bancário, sendo aquela atenuada pelo surgimento do novo produto atrás referido.

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
TOTAL	75.812	73.403	70.953	3,3%	3,5%
Acidentes Pessoais	7.898	8.075	6.977	-2,2%	15,7%
Doença	29.242	28.254	26.732	3,5%	5,7%
Riscos Múltiplos Habitação	22.829	21.798	21.310	4,7%	2,3%
Automóvel	15.843	15.277	15.934	3,7%	-4,1%
Quota de Mercado	1,9%	1,8%	1,6%		

1.4.2. Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Directo (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 44 852 milhares de euros, apresentando um crescimento de 3,4% face a 2009.

Apesar deste crescimento, a variação da provisão para sinistros apresenta uma forte redução, influenciada pelo comportamento do ramo automóvel em que o encerramento de sinistros de anos anteriores com um custo inferior ao estimado e à adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados conduziu a este efeito na variação da provisão para sinistros.

Os custos com sinistros de resseguro cedido reduziram significativamente, nomeadamente no que se refere à variação da provisão, consequência do efeito atrás descrito verificado no seguro directo.

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
De seguro directo	44.852	43.387	43.611	3,4%	-0,5%
Custos directos com sinistros	38.858	38.141	38.579	1,9%	-1,1%
Prestações	45.990	37.830	35.893	21,6%	5,4%
Variação da provisão para sinistros	-7.132	311	2.686	-2395,4%	-88,4%
Custos imputados à função sinistros	5.994	5.247	5.032	14,2%	4,3%
De resseguro cedido	-897	406	1.495	-321,1%	-72,9%
Montantes pagos	1.065	513	571	107,5%	-10,2%
Variação da provisão para sinistros	-1.962	-107	924	-1725,8%	-111,6%
Custos com sinistros liquidados de resseguro	45.749	42.982	42.116	6,4%	2,1%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro directo, verificamos uma melhoria de 1,7 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. Não obstante o aumento verificado nos Riscos Múltiplos Habitação, como consequência de algumas intempéries verificadas ao longo do ano, sendo a mais mediática a que se verificou na ilha da Madeira e nos Acidentes Pessoais, resultado da evolução do negócio e da introdução de novos produtos que se verificaram neste ramo, os restantes ramos apresentaram reduções nas taxas de sinistralidade, com particular destaque para a redução em 31,3 p.p. no Seguro Auto decorrente do anteriormente descrito, nomeadamente no que se refere à variação da provisão para sinistros.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Total	60,8%	62,5%	65,1%	-1,7 pp	-2,6 pp
Custos directos com sinistros	52,7%	54,9%	57,6%	-2,2 pp	-2,7 pp
Acidentes Pessoais	20,8%	16,2%	11,7%	4,6 pp	4,5 pp
Doença	67,9%	69,8%	72,1%	-1,9 pp	-2,3 pp
Riscos Múltiplos Habitação	63,7%	44,7%	37,5%	19,0 pp	7,2 pp
Automóvel	20,6%	51,9%	65,9%	-31,3 pp	-14,0 pp
Custos imputados à função sinistros	8,1%	7,6%	7,5%	0,5 pp	0,1 pp

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Total	72,6%	71,1%	70,3%	1,5 pp	0,8 pp
Custos directos com sinistros	63,1%	62,4%	61,9%	0,7 pp	0,5 pp
Acidentes Pessoais	39,7%	41,7%	0,0%	-2,0 pp	41,7 pp
Doença	70,6%	73,2%	75,4%	-2,6 pp	-2,2 pp
Riscos Múltiplos Habitação	69,6%	49,4%	40,2%	20,2 pp	9,2 pp
Automóvel	37,9%	60,2%	67,5%	-22,3 pp	-7,3 pp
Custos imputados à função sinistros	9,5%	8,7%	8,4%	0,8 pp	0,3 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam um acréscimo de 1,5 p.p., sentindo-se aqui o mesmo efeito que o anteriormente referido uma vez que, no que respeita aos Riscos Múltiplos Habitação, o impacto das intempéries em termos de resseguro cedido foi pouco relevante.

1.4.3. Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um crescimento de 13,8%.

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
(Unidade: Milhares de euros)					
Custos de Exploração Líquidos	13.689	12.024	12.241	13,8%	-1,8%
Custos de aquisição	15.461	13.030	12.689	18,6%	2,7%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	10.655	9.203	8.343	15,8%	10,3%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	1.291	772	887	67,3%	-12,9%
Custos imputados à função aquisição	3.514	3.056	3.459	15,0%	-11,7%
Custos de aquisição diferidos (variação)	-475	-948	-882	49,9%	-7,5%
Gastos administrativos	2.946	2.668	2.452	10,4%	8,8%
Custos imputados à função administrativa	2.946	2.668	2.452	10,4%	8,8%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-4.243	-2.727	-2.018	-55,6%	-35,1%
Comissões de resseguros cedido	-3.086	-2.270	-1.522	-36,0%	-49,2%
Participação nos resultados de resseguro	-1.157	-456	-496	-153,4%	7,9%

Este crescimento resulta de uma combinação de diferentes factores distintos:

- As comissões por intermediação de produtos de seguros (crescimento de 15,8%), para além do comissionamento directamente relacionado com o volume de negócios, inclui o comissionamento a título de incentivo á qualidade da carteira, ligado ao comportamento dos saldos técnicos de anos anteriores. Com a melhoria verificada na sinistralidade do ramo Automóvel, nomeadamente a que se refere a exercícios anteriores, houve um crescimento significativo nesta comissão.
- O crescimento verificado nas outras comissões e custos de aquisição (+67,3%) está relacionado com a campanha de incentivos á venda do seguro Automóvel e aos planos BES (seguro de Saúde)
- As comissões e participação nos resultados de resseguro, com um aumento de 55,6, vêm atenuar o efeito anterior.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente em relação ao seguro Automóvel e Saúde. De referir ainda o crescimento dos custos de exploração ligados aos produtos de Acidentes Pessoais (introdução de um novo produto) compensada pelo crescimento da participação nos resultados de resseguro.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere ao seguro de “Protecção ao Crédito” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Custos de Exploração Líquidos	13.689	12.024	12.241	13,8%	-1,8%
Acidentes Pessoais	-2.760	-1.732	-1.480	-59,3%	-17,0%
Doença	5.022	4.473	4.008	12,3%	11,6%
Riscos Múltiplos Habitação	5.592	6.637	6.823	-15,7%	-2,7%
Automóvel	5.835	2.647	2.890	120,5%	-8,4%
Custos de Exploração Seguro Directo	17.932	14.751	14.259	21,6%	3,4%
Acidentes Pessoais	1.249	761	316	64,2%	141,0%
Doença	5.256	4.707	4.229	11,7%	11,3%
Riscos Múltiplos Habitação	5.592	6.637	6.823	-15,7%	-2,7%
Automóvel	5.835	2.647	2.890	120,5%	-8,4%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-4.243	-2.727	-2.018	-55,6%	-35,1%
Acidentes Pessoais	-4.009	-2.493	-1.796	-60,8%	-38,8%
Doença	-234	-234	-222	-0,2%	-5,3%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.4. Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a inputar apresentaram um crescimento de 13,5%, estando este crescimento fortemente influenciado pelos gastos de natureza operacional (+13,4%).

CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	12.796	11.269	11.249	13,5%	0,2%
Custos com sinistros	5.994	5.247	5.032	14,2%	4,3%
Custos de aquisição	3.514	3.056	3.459	15,0%	-11,7%
Gastos administrativos	2.946	2.668	2.452	10,4%	8,8%
Custos de gestão de investimentos	341	298	307	14,4%	-2,9%

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	12.796	11.269	11.249	13,5%	0,2%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	12.888	11.370	11.224	13,4%	1,3%
Gastos com pessoal	2.765	2.560	2.695	8,0%	-5,0%
Fornecimentos e serviços externos	9.545	8.280	8.037	15,3%	3,0%
Impostos e taxas	274	261	269	5,0%	-3,0%
Depreciações e amortizações do exercício	303	268	223	13,1%	20,2%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	85	90	76	-5,8%	19,2%
Juros suportados	0	0	0	-	-100,0%
Comissões	85	90	76	-5,8%	19,2%
Outras provisões	-178	-191	-50	6,9%	-282,6%

Os gastos de natureza operacional apresentam um crescimento de 13,4% comparativamente a 2009. No entanto, estes incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de saúde, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional apresentariam uma evolução de 9,9%.

Esta evolução dos gastos de natureza operacional deve-se à evolução dos custos com pessoal (+8%) e aos fornecimentos e serviços externos (+15,3%).

No que respeita aos custos com pessoal, o crescimento está relacionado principalmente com a anulação verificada em 2009 de provisões para gratificações que não foram distribuídas e, embora parcialmente, com a consolidação da estrutura de funcionamento da Companhia através do reforço do quadro de efectivos.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, o crescimento é devido fundamentalmente à vertente de consultadoria (no âmbito do projecto relacionado com o sistema “core” da Companhia e dos trabalhos relacionados com “Solvência II”). Também a alteração verificada ao nível da prestação de serviços com a gestão de serviços de saúde no estrangeiro que, em anos anteriores, era efectuada ao abrigo de um tratado de resseguro e, como tal, não registada como o fornecimento de um serviço nestas rubricas de gastos de natureza operacional influencia este crescimento.

1.4.5. Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos líquidos de resseguro	21,7%	19,9%	20,4%	9,4%	-2,7%
Doença	17,8%	16,6%	15,8%	7,0%	5,4%
Riscos Múltiplos Habitação	26,7%	33,0%	34,7%	-19,3%	-4,9%
Automóvel	43,2%	19,7%	19,4%	118,9%	1,7%
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	72,6%	71,1%	70,3%	2,2%	1,1%
Doença	87,0%	87,8%	89,4%	-0,9%	-1,8%
Riscos Múltiplos Habitação	73,3%	52,9%	44,0%	38,6%	20,1%
Automóvel	42,6%	65,1%	72,4%	-34,6%	-10,1%
Rácio combinado, líquido de resseguro	94,4%	90,9%	90,7%	3,8%	0,3%
Doença	104,8%	104,4%	105,2%	0,4%	-0,7%
Riscos Múltiplos Habitação	99,9%	85,9%	78,7%	16,3%	9,1%
Automóvel	85,7%	84,8%	91,8%	1,1%	-7,6%

1.4.6. Provisões Técnicas

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Provisões técnicas	81.219	86.121	81.744	-5,7%	5,4%
Provisão para prémios não adquiridos	33.678	32.060	29.054	5,0%	10,3%
Provisão para sinistros	42.299	49.431	49.120	-14,4%	0,6%
De outros ramos	42.299	49.431	49.120	-14,4%	0,6%
Provisão para desvios de sinistralidade	1.064	890	736	19,6%	21,0%
Provisão para riscos em curso	2.637	2.199	1.293	19,9%	70,0%
Outras provisões técnicas	1.542	1.542	1.542	0,0%	0,0%

As provisões técnicas apresentam uma redução de 5,7%, situando-se nos 81 219 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pela provisão para sinistros (-14,4% face a 2009), em particular do ramo automóvel, devido ao encerramento de sinistros de anos anteriores com um custo inferior ao estimado e à adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados. Esta variação teve o respectivo impacto na redução da sinistralidade global, conforme anteriormente referido.

1.4.7. Actividade Financeira

O valor total dos activos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 99 321 milhares de euros no final de 2010, sendo constituído na sua maioria por obrigações, outros títulos de rendimento fixo e aplicações de curto prazo. Este valor representa um decréscimo de 6,8% em relação a 2009, consequência da desvalorização sentida, principalmente, nos mercados obrigacionistas.

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
INVESTIMENTOS	99.321	106.542	97.945	-6,8%	8,8%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	625	2.802	3.128	-77,7%	-10,4%
Activos financeiros detidos para negociação	0	1	2	-100,0%	-51,4%
Activos disponíveis para venda	72.871	76.990	52.013	-5,4%	48,0%
Empréstimos e contas a receber	18.379	19.307	29.294	-4,8%	-34,1%
Investimentos a deter até à maturidade	7.447	7.442	13.509	0,1%	-44,9%

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Actividade Financeira Líquida	2.535	2.984	998	-15,0%	199,0%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2.859	2.963	4.285	-3,5%	-30,9%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-324	21	-451	-1616,0%	104,7%
Perdas de Imparidade	0	0	2.836	-	-100,0%

A actividade financeira líquida no exercício apresentou também um decréscimo (- 15%), influenciada pela componente obrigacionista, com menor rendimento e com reajustamentos negativos aos valores dos títulos de rendimento fixo.

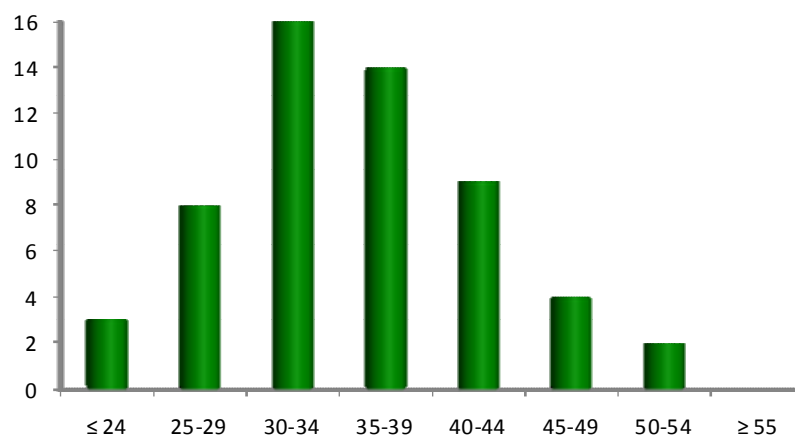
1.4.8. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2010, a BES Seguros tinha 56 colaboradores no seu quadro de pessoal, mais 5 que em 2009, dos quais 51 como efectivos (45 em 2009).

Este crescimento de efectivos está relacionado com a consolidação da estrutura de funcionamento da Companhia, quer pela substituição de elementos que tinham saído no final de 2009 como pela internalização de funções anteriormente desempenhadas sob o regime de outsourcing.

A maioria dos colaboradores encontra-se no escalão etário entre os 30 e os 40 anos e 75% têm formação e frequência académica de nível superior.

Distribuição por escalão etário



1.4.9. Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu em 2010 um resultado líquido de 3 891 milhares de euros, representando 5,3% dos prémios brutos emitidos (7,4% em 2009) e um decréscimo de 28,3% em relação ao ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
CAPITAL PRÓPRIO	23.512	26.788	22.443	-12,2%	19,4%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Reservas de reavaliação	-2.122	64	-2.981	-3390,9%	102,2%
Reserva por impostos diferidos	616	-17	790	3701,3%	-102,2%
Outras reservas	3.192	2.649	2.258	20,5%	17,3%
Resultados transitados	2.936	3.665	3.468	-19,9%	5,7%
Resultado do exercício	3.891	5.427	3.908	-28,3%	38,9%

O capital próprio ascendeu a 23 512 milhares de euros, -12,2% relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2009. Este decréscimo no Capital Próprio é devido, fundamentalmente, ao decréscimo verificado na Reserva de Reavaliação, afectada negativamente pela queda registada nos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções.

Este decréscimo do Capital Próprio foi ainda influenciada pela distribuição de 5 613 milhares de euros de dividendos referente ao exercício de 2009.

1.4.10. Margem de Solvência

Calculado sem considerar uma eventual distribuição de dividendos, o rácio de cobertura da margem de solvência estimado para 2010 é de 165,6%.

(Unidade: Milhares de euros)	2010 *	2009	2008	Var.2010/ 2009	Var.2009/ 2008
Margem de Solvência Disponível	21.751	19.780	18.551	10,0%	6,6%
Margem de solvência Exigida	13.135	12.536	12.264	4,8%	2,2%
Excesso/(insuficiência)	8.616	7.245	6.287	18,9%	15,2%
% de cobertura	165,6%	157,8%	151,3%	7,8 pp	6,5 pp

* Estimativa (antes de eventual distribuição de dividendos)

1.4.11. Síntese e perspectivas

Num ano que ficou marcado pela crise do risco soberano em alguns países da Zona Euro, incluindo Portugal, também o sector segurador e a BES Seguros sentiram de alguma forma os efeitos desta conjuntura. O acentuar da crise do risco de Portugal e o aumento das dificuldades de financiamento levaram a uma focalização da rede bancária na captação de recursos, colocando a actividade de bancaseguros não vida num papel secundário, conduzindo assim a uma menor dinâmica desta. No entanto, a BES Seguros continuou a inovar e a procurar responder às necessidades dos seus clientes, como é o exemplo do produto “BES Dia a Dia” que, criado em 2010, procura cobrir os acidentes do quotidiano apresentando características inovadoras no mercado nacional.

Apesar da redução de actividade e da sinistralidade extraordinariamente elevada no Seguro Casa, decorrente de intempéries diversas, os resultados técnicos e globais da Companhia mantiveram-se num bom nível, assim com o nível de capital e solvência.

O ano 2010 foi também um ano de continuidade na adaptação das estruturas de funcionamento da Companhia, nomeadamente nos serviços partilhados com a BES Vida, actividade que se prolongará por 2011.

Consciente das mudanças significativas que existirão ao nível da sua estrutura e negócio, resultado da entrada em vigor proximamente do regime de Solvência II, assente nas boas práticas de gestão dos riscos e na abordagem integrada dos riscos, a Companhia tem vindo a realizar nos últimos anos um conjunto de esforços e desenvolvimentos para se adaptar, da melhor forma possível às mudanças estruturantes desse novo quadro regulamentar.

Este esforço tem sido efectuado com o objectivo de desenvolver e adaptar gradualmente a sua estrutura organizativa, processos e procedimentos tendo em vista uma transição que se pretende atempada e segura. Com a finalidade de dar cumprimento integral a este objectivo, 2010 ficou marcado com o início de um projecto a nível do Grupo, tendo em vista a análise, desenvolvimento e implementação das medidas e processos necessários para uma total convergência com os novos requisitos exigidos e em fase de desenvolvimento (financeiros e actuariais, de governação e de prestação de informação).

Num contexto de instabilidade económica, financeira, social e política, 2011 será um ano de desafios importantes para a BES Seguros.

A procura de responder às novas exigências dos clientes e dos mercados, a conclusão da substituição dos sistemas operacionais e de informação, a continuação dos trabalhos no âmbito do projecto Solvência II, a consolidação das estruturas de funcionamento, o reforço da securitização no funcionamento da Companhia (na segurança das pessoas, sistemas e processos), serão factores presentes nas linhas de actuação da Companhia para poder continuar o desenvolvimento da sua actividade de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 3 891 284 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 2 936 384 euros correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de serem distribuídos 6 827 668 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 389 129 euros, para Reserva Legal;
2. o restante, no valor de 6 438 539 euros, à disposição da Assembleia Geral para efeitos e nos termos previstos no Contrato de Sociedade.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pelo apoio e confiança dos accionistas e clientes, bem como pelo esforço, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores da Companhia.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédito Agrícola, Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST.

Registamos igualmente, com elevado apreço, a acção do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

2.Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2010

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	62.975.120		62.975.120	60.487.782
Prémios brutos emitidos		75.812.379		75.812.379	73.402.897
Prémios de resseguro cedido		-12.732.783		-12.732.783	-13.118.519
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-2.091.912		-2.091.912	-3.954.625
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1.987.435		1.987.435	4.158.029
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	45.749.414		45.749.414	42.981.806
Montantes pagos		50.919.443		50.919.443	42.563.653
Montantes brutos		51.984.039		51.984.039	43.076.790
Parte dos resseguradores		-1.064.596		-1.064.596	-513.137
Provisão para sinistros (variação)		-5.170.029		-5.170.029	418.153
Montante bruto		-7.131.801		-7.131.801	310.705
Parte dos resseguradores		1.961.773		1.961.773	107.448
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	612.804		612.804	1.059.689
Custos e gastos de exploração líquidos	8	13.689.274		13.689.274	12.024.325
Custos de aquisição		15.460.548		15.460.548	13.030.393
Custos de aquisição diferidos (variação)		-474.713		-474.713	-947.839
Gastos administrativos		2.946.210		2.946.210	2.668.274
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-4.242.771		-4.242.771	-2.726.504
Rendimentos	9	2.868.710	331.354	3.200.064	3.260.676
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		2.868.710	331.354	3.200.064	3.260.676
Gastos financeiros	10	341.179		341.179	298.156
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		84.923		84.923	90.140
Outros		256.256		256.256	208.016
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	-323.854		-323.854	21.362
De activos disponíveis para venda		-328.547		-328.547	-21.873
De investimentos a deter até à maturidade		4.693		4.693	43.235
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	7.385		7.385	11.785
Outras provisões (variação)	15		-25.824	-25.824	21.520
Outros rendimentos/gastos	14		-42.924	-42.924	-14.832
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		5.134.689	314.253	5.448.942	7.381.277
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	27		1.546.639	1.546.639	1.509.094
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	27		11.019	11.019	445.151
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				3.891.284	5.427.031
Resultado por acção básicos				1,30	1,81

2.2. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Valores em euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	EXERCÍCIO			Exercício anterior Activo Líquido
		Valor Bruto	Imparidade, deprec./ amortizações ou ajustamento	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	624.758		624.758	2.801.706
Activos financeiros detidos para negociação	18				828
Activos disponíveis para venda	19	72.870.738		72.870.738	76.990.206
Empréstimos e contas a receber	21	18.378.652		18.378.652	19.307.094
Outros depósitos		8.347.265		8.347.265	9.279.392
Empréstimos concedidos		10.031.387		10.031.387	10.027.702
Investimentos a deter até à maturidade	22	7.447.026		7.447.026	7.442.333
Outros activos tangíveis	23	1.829.406	-1.522.168	307.238	382.580
Outros activos intangíveis	24	9.962.641	-8.217.129	1.745.512	1.394.956
Provisões técnicas de resseguro cedido	25	12.692.849		12.692.849	13.824.147
Provisão para prémios não adquiridos		8.992.779		8.992.779	8.162.305
Provisão para sinistros		3.700.069		3.700.069	5.661.842
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	26 / 15	3.005.032	-91.644	2.913.388	3.647.132
Contas a receber por operações de seguro directo		330.791	-91.644	239.147	1.421.167
Contas a receber por outras operações de resseguro		114.631		114.631	199.342
Contas a receber por outras operações		2.559.610		2.559.610	2.026.623
Activos por impostos	27	758.993		758.993	408.575
Activos por impostos correntes		5		5	271.179
Activos por impostos diferidos		758.988		758.988	137.396
Acréscimos e diferimentos	28	2.635.018		2.635.018	1.283.136
TOTAL ACTIVO		130.205.113	-9.830.942	120.374.171	127.482.693

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
PASSIVO			
Provisões técnicas	25	81.219.394	86.121.192
Provisão para prémios não adquiridos		33.677.633	32.060.433
Provisão para sinistros		42.299.121	49.430.923
De acidentes de trabalho			
De outros ramos		42.299.121	49.430.923
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para desvios de sinistralidade		1.064.330	889.817
Provisão para riscos em curso		2.636.809	2.198.518
Outras provisões técnicas		1.541.501	1.541.501
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	312.796	300.143
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30	5.371.790	5.171.615
Contas a pagar por operações de seguro directo		154.074	85.203
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.801.980	2.094.637
Contas a pagar por outras operações		3.415.735	2.991.775
Passivos por impostos	27	1.294.835	1.012.166
Passivos por impostos correntes		1.294.835	1.012.166
Acréscimos e diferimentos	31	8.578.400	7.852.426
Outras Provisões	32	84.729	236.843
TOTAL PASSIVO		96.861.944	100.694.386
CAPITAL PRÓPRIO	33		
Capital		15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação	19	-2.122.478	64.496
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		-2.122.478	64.496
Reserva por impostos diferidos		615.519	-17.091
Outras reservas		3.191.519	2.648.815
Resultados transitados		2.936.384	3.665.057
Resultado do exercício		3.891.284	5.427.031
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		23.512.227	26.788.307
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		120.374.171	127.482.693

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

Demonstração de variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2010

(Valores em euros)

Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal			
Balanco a 31 de Dezembro 2009 (balanco de abertura)	15.000.000	64.496	-17.091	2.648.815	3.665.057	5.427.031	26.788.307
Balanco de abertura alterado	15.000.000	64.496	-17.091	2.648.815	3.665.057	5.427.031	26.788.307
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-2.186.973					-2.186.973
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			632.610				632.610
Aumentos de reservas por aplicação de resultados				542.704		-542.704	
Distribuição de lucros					-5.613.000		-5.613.000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas					4.884.327	-4.884.327	
Total das variações do capital próprio		-2.186.973	632.610	542.704	-728.673	-5.427.031	-7.167.364
Resultado líquido do período						3.891.284	3.891.284
Balanco a 31 de Dezembro 2010	15.000.000	-2.122.478	615.519	3.191.519	2.936.384	3.891.284	23.512.227

Demonstração de variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2009

(Valores em euros)

Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal			
Balanco a 31 de Dezembro 2008 (balanco de abertura)	15.000.000,00	(2.981.329,65)	790.052,37	2.258.036,59	3.468.058,79	3.907.776,07	22.442.594,17
Balanco de abertura alterado	15.000.000,00	(2.981.329,65)	790.052,37	2.258.036,59	3.468.058,79	3.907.776,07	22.442.594,17
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	3.045.825,35	-	-	-	-	3.045.825,35
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(807.143,74)	-	-	-	(807.143,74)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	390.778,00	-	(390.778,00)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(3.320.000,01)	-	(3.320.000,01)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	3.516.998,07	(3.516.998,07)	-
Total das variações do capital próprio	-	3.045.825,35	(807.143,74)	390.778,00	196.998,06	(3.907.776,07)	(1.081.318,40)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	5.427.031,22	5.427.031,22
Balanco a 31 de Dezembro 2009	15.000.000,00	64.495,70	(17.091,37)	2.648.814,59	3.665.056,85	5.427.031,22	26.788.306,99

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Valores em euros)

	2010	2009
Resultado líquido do exercício	3.891.284	5.427.031
Variação da reserva de justo valor:	-2.186.973	3.045.825
Vendas de activos financeiros disponíveis para venda	113.144	71.655
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-2.300.117	2.974.170
Variação dos impostos correntes e diferidos	632.610	-807.144
Total do rendimento integral	2.336.920	7.665.713

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas do Anexo		Exercício	Exercício anterior
	Fluxos de actividade operacional		
A	Recebimentos	85.276.854	80.009.218
	Operações de Seguro	83.689.313	79.503.514
	Operações de Resseguro	1.587.551	503.726
	Operações com contratos de investimento		
	Outras actividades operacionais		1.977
B	Pagamentos	-51.997.812	-45.293.392
	Operações de Seguro	-42.662.433	-37.285.968
	Operações de Resseguro	-8.063.952	-6.546.242
	Operações com contratos de investimento		
	Comissões	-1.271.428	-1.461.783
	Participação de Resultados		
	Outras actividades operacionais		
C	Pagamentos ao Pessoal	-1.495.898	-1.243.655
D	Pagamentos a Fornecedores	-13.972.337	-11.483.943
E	Outros pagamentos e recebimentos	-17.635.025	-13.384.012
F	Impostos e taxas	-2.482.614	-1.313.983
G	Impostos sobre o rendimento	270.089	
	Fluxos de actividade operacional (1)	-2.036.734	6.548.533
	Fluxos de caixa de actividades de investimento		
H	Recebimentos	107.575.036	156.007.665
	Alienação de investimentos	106.651.383	155.172.511
	Alienação de imobilizado		
	Dividendos	-14.044	2
	Juros	928.660	823.286
	Outros rendimentos	9.037	11.866
I	Pagamentos	-102.412.596	-159.761.770
	Aquisição de investimentos	-101.833.945	-158.591.721
	Aquisição de imobilizado	-578.651	-1.129.333
	Despesas de gestão, manutenção e outras		-40.716
	Fluxos de actividade de investimento (2)	5.162.440	-3.754.105
	Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
J	Recebimentos		
	Empréstimos subordinados		
	Aumento de capital		
	Outros empréstimos		
K	Pagamentos	-5.613.000	-3.320.000
	Liquidação de empréstimos subordinados		
	Dividendos	-5.613.000	-3.320.000
	Juros sobre empréstimos		
	Contrato de locação financeira		
	Liquidação de outros empréstimos		
	Fluxos de actividade financiamento (3)	-5.613.000	-3.320.000
	VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1)+(2)+(3)	-2.487.295	-125.572
L	Caixa e equivalentes no início do período	2.801.706	2.927.279
M	Caixa e equivalentes no fim do período	314.412	2.801.706

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente actualizado para €15.000.000,00.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, (“Bes Seguros” ou “Companhia”) N.º 503 718 092, de pessoa colectiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, SA, ficando este com o controlo de gestão da companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura accionista da BES Seguros, transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 acções, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2011.

Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

2.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a actividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 37, a BES Seguros adoptou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela BES Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2010 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adopta os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos accionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efectuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2009. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está reflectida na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2011 e respectivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2010.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As operações efectuadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros ao câmbio da data em que ocorreram. As diferenças de câmbio resultantes das operações efectuadas em moeda estrangeira são registadas na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrem, bem como a actualização

cambial, à taxa em vigor no final do exercício, dos saldos devedores e credores apresentados em balanço.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Activos Financeiros

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos detidos para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;

Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;

- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,5%
Património artístico	12,5%

2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	10 a 33,33%

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 –

Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Responsabilidades por Pensões Complementares de Reforma

Nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma.

A Companhia tem ainda responsabilidades com os administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma.

As responsabilidades dos empregados da Companhia abrangidos pelo plano de pensões do contrato colectivo de trabalho e dos seus administradores estão representadas nos “Fundo de Pensões Tranquilidade” e “Fundo de Pensões Administradores Tranquilidade”, dos quais a Companhia é associada.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Companhia correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a

reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Companhia determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é imputado a resultados com base no método do corredor.

A Companhia efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

As responsabilidades foram calculadas através do estudo actuarial efectuado em 2010, conforme explicitado na nota 12.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES Seguros estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções do Banco Espírito Santo, S.A. entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES.

O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-06-2008
Data final de referência	02-06-2011
Direitos atribuídos	10.500
Preço de referência	11
Taxa de juro	5,22%
Volatilidade	33,50%
Valor inicial do plano	30.930

O justo valor inicial do PPRV, no valor de 31 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base a BES Seguros reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 10 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em resultados.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Ajustamento de Recibos por Cobrar

O Ajustamento de Recibos por Cobrar é calculado com base no valor dos recibos de prémio que se encontram por cobrar no final do processo regular de cobrança. Sobre estes, é utilizada a taxa obtida através da análise efectuada aos recibos efectivamente cobrados.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.16. Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.17. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro directo sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respectiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método “Pro-rata temporis”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não participados (IBNR) e os custos directos e indirectos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efectuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos actuariais efectuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP.
- c) Pela projecção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados,

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor actuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, a Companhia não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES Seguros, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

4. Informação por Segmentos

Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”. Para além de continuar a explorar os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP) para explorar os grupos de ramos “Seguro de Incêndio e Outros Danos”, “Seguro Automóvel” e “Acidentes e Doença”.

A Companhia desenvolve a sua actividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas	2010					
	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Não Técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	308.412	28.191.968	20.966.554	13.508.186		62.975.120
Prémios brutos emitidos	7.897.912	29.241.752	22.829.384	15.843.332		75.812.379
Prémios de resseguro cedido	-7.523.214	-1.163.325	-1.748.749	-2.297.495		-12.732.783
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-2.053.721	113.541	-114.081	-37.651		-2.091.912
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.987.435					1.987.435
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	122.296	24.519.437	15.359.650	5.748.032		45.749.414
Montantes pagos	47.469	24.851.430	14.697.785	11.322.758		50.919.443
Provisão para sinistros (variação)	74.826	-331.993	661.864	-5.574.726		-5.170.029
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		106.323	174.513	331.967		612.804
Custos e gastos de exploração líquidos	-2.759.829	5.022.431	5.591.697	5.834.975		13.689.274
Custos de aquisição	1.720.172	4.472.597	3.694.302	5.573.478		15.460.548
Custos de aquisição diferidos (variação)	-471.147	13.442	306.522	-323.531		-474.713
Gastos administrativos		770.309	1.590.873	585.028		2.946.210
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-4.008.853	-233.918				-4.242.771
Rendimentos		411.885	544.174	1.912.651	331.354	3.200.064
Gastos financeiros		48.883	64.958	227.338		341.179
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-47.161	-59.705	-216.988		-323.854
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		1.608	1.274	4.503		7.385
Outras provisões (variação)					-25.824	-25.824
Outros rendimentos/gastos					-42.924	-42.924
Resultado antes de impostos	2.945.945	-1.138.774	261.478	3.066.040	314.253	5.448.942
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes					1.546.639	1.546.639
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					11.019	11.019
Resultado Líquido do exercício						3.891.284

Rubricas de Balanço	2010					
	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Activo						
Activos disponíveis para venda	16.970.236	8.888.959	11.599.351	35.359.807	52.385	72.870.738
Empréstimos e contas a receber	1.960.835	1.016.578	1.336.411	4.033.441	10.031.387	18.378.652
Investimentos a deter até à maturidade		1.178.857	1.540.839	4.727.331		7.447.026
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.973.438		82.489	2.636.922		12.692.849
Outros	91.533	3.756.032	1.033.133	1.071.045	3.033.163	8.984.907
Total Activo	28.996.042	14.840.425	15.592.223	47.828.546	13.116.935	120.374.171
Passivo						
Provisões técnicas	19.203.266	9.887.358	12.992.670	39.136.100		81.219.394
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.431.409	3.755.037	167.602	17.741		5.371.790
Acréscimos e diferimentos	183.925	3.080.884	908.633	3.562.732	842.226	8.578.400
Outros	53.796	295.958	388.676	337.629	616.301	1.692.360
Total Passivo	20.872.396	17.019.236	14.457.582	43.054.203	1.458.527	96.861.944

Conta de Ganhos e Perdas	2009					
	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Não Técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	107.858	26.877.739	20.090.774	13.411.411		60.487.782
Prémios brutos emitidos	8.074.701	28.253.744	21.797.560	15.276.892		73.402.897
Prémios de resseguro cedido	-7.949.034	-1.317.966	-1.707.193	-2.144.326		-13.118.519
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-4.175.838	-58.038	407	278.845		-3.954.625
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4.158.029					4.158.029
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	45.000	23.587.757	10.621.913	8.727.137		42.981.806
Montantes pagos		23.820.868	9.332.435	9.410.350		42.563.653
Provisão para sinistros (variação)	45.000	-233.111	1.289.478	-683.214		418.153
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		262.116	154.167	643.405		1.059.689
Custos e gastos de exploração líquidos	-1.732.161	4.473.039	6.636.909	2.646.538		12.024.325
Custos de aquisição	1.690.373	4.073.878	5.175.557	2.090.585		13.030.393
Custos de aquisição diferidos (variação)	-929.545	-42.839	81	24.465		-947.839
Gastos administrativos		675.515	1.461.271	531.488		2.668.274
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.492.989	-233.515				-2.726.504
Rendimentos		427.827	445.236	1.964.785	422.828	3.260.676
Gastos financeiros		44.848	46.643	206.665		298.156
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		2.383	3.652	15.326		21.362
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		2.064	1.821	7.900		11.785
Outras provisões (variação)					21.520	21.520
Outros rendimentos/gastos					-14.832	-14.832
Resultado antes de impostos	1.795.019	-1.057.748	3.081.852	3.175.677	386.476	7.381.277
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes					1.509.094	1.509.094
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					445.151	445.151
Resultado Líquido do exercício						5.427.031

Rubricas de Balanço	2009					
	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Activo						
Activos disponíveis para venda	15.106.343	9.154.586	10.649.537	42.026.955	52.785	76.990.206
Empréstimos e contas a receber	1.831.504	1.101.620	1.283.548	5.062.721	10.027.702	19.307.094
Investimentos a deter até à maturidade		1.100.580	1.276.734	5.065.019		7.442.333
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.686.194		254.568	4.883.385		13.824.147
Outros	1.134.773	653.808	3.456.597	2.909.977	1.763.758	9.918.913
Total Activo	26.758.813	12.010.594	16.920.985	59.948.056	11.844.245	127.482.693
Passivo						
Provisões técnicas	17.089.096	10.213.126	11.907.768	46.911.202		86.121.192
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.840.936	2.689.599	81.520	315.438	244.123	5.171.615
Acréscimos e diferimentos	280.134	3.092.551	3.170.259	841.127	468.354	7.852.426
Outros	83.907	336.688	395.647	419.033	313.877	1.549.153
Total Passivo	19.294.074	16.331.965	15.555.193	48.486.800	1.026.354	100.694.386

A repartição dos activos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respectivamente. O segmento “outros” diz respeito aos activos e passivos não relacionados directamente com produtos.

5. Prémios de contratos de seguro

Prémios líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Prémios brutos emitidos	75.812.379	73.402.897
Prémios de resseguro cedido	-12.732.783	-13.118.519
Prémios líquidos de resseguro	63.079.596	60.284.378
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	-104.477	203.405
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	62.975.120	60.487.782

Anexo 4 - Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro **
Seguro Directo					
Acidentes e Doença					
Acidentes Pessoais	7.897.912	5.844.191	1.212.933	1.249.025	-436.287
Doença	29.241.752	29.355.292	24.532.641	5.256.349	-916.202
Incêndio e outros danos	22.829.384	22.715.302	15.223.899	5.591.697	-1.884.500
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	10.984.570	11.052.463	1.667.840	1.750.908	-3.856.650
- Outras Coberturas	4.858.762	4.753.218	2.214.923	4.084.067	-306.114
Total	75.812.379	73.720.467	44.852.237	17.932.046	-7.399.753

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

6. Discriminação dos custos com sinistros

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Seguro Directo		
Montantes pagos	45.989.714	37.830.044
Custos imputados à função sinistros (nota 11)	5.994.324	5.246.746
Variação da provisão para sinistros	-7.131.801	310.705
Sub-total	44.852.237	43.387.495
Resseguro cedido		
Montantes pagos	-1.064.596	-513.137
Variação da provisão para sinistros	1.961.773	107.448
Sub-total	897.177	-405.689
Total	45.749.414	42.981.806

Anexo 3*:

Ramos / Grupos de Ramos		Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo					
Acidentes e Doença	Acidentes Pessoais	681.338		531.596	1.212.933
	Doença	20.257.458	4.607.176	-331.993	24.532.641
Incêndio e outros danos		13.971.093	763.021	489.785	15.223.899
Automóvel					
- Responsabilidade Civil		9.381.214	450.206	-8.163.579	1.667.840
- Outras Coberturas		1.698.612	173.921	342.391	2.214.923
Total		45.989.714	5.994.324	-7.131.801	44.852.237

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos a receber no montante de 444.995,96€.

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

Rubricas	2010	2009
Provisão para desvios de sinistralidade	174.513	154.167
Provisão para riscos em curso	438.290	905.522
Total	612.804	1.059.689

8. Gastos diversos por função e natureza

Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Custos de Aquisição		
Comissões por intermediação de produtos de seguro directo	10.655.478	9.202.707
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	3.513.888	3.055.866
Outros	1.291.183	771.821
Sub-total	15.460.548	13.030.393
Custos de aquisição diferidos	-474.713	-947.839
Gastos Administrativos (nota 11)	2.946.210	2.668.274
Comissões de resseguro	-3.086.244	-2.270.042
Participação nos resultados de resseguro	-1.156.527	-456.462
Sub-total	-4.242.771	-2.726.504
Total	13.689.274	12.024.325

9. Rendimentos / réditos de investimentos

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Rendimentos de Juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	2.380.805	2.036.140
de activos detidos até à maturidade	373.118	500.383
de empréstimos concedidos e contas a receber	331.351	422.826
de depósitos em instituições de crédito	114.790	301.327
Total	3.200.064	3.260.676

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

11. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

Rubricas	2010	2009
Custos de Gestão de Sinistros (nota 6)	-5.994.324	-5.246.746
Custos de Aquisição (nota 8)	-3.513.888	-3.055.866
Gastos Administrativos (nota 8)	-2.946.210	-2.668.274
Gastos de Investimentos (nota 10)	-341.179	-298.156
Total	-12.795.601	-11.269.042

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

Rubricas	2010	2009
Gastos com o pessoal	2.765.329	2.560.353
Fornecimentos e serviços externos	9.545.149	8.279.692
Impostos e taxas	274.378	261.268
Depreciações e amortizações do exercício (notas 23 e 24)	303.437	268.375
Outras provisões (nota 33)	-152.114	-190.786
Comissões	84.923	90.140
Outros	-25.500	
Total	12.795.601	11.269.042

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

Contas	2010	2009
Electricidade	19.754	20.575
Combustíveis	12.361	11.298
Água	-4.500	
Impressos	159.716	142.149
Material Escritório	7.338	11.821
Livros e Documentação Técnica	110	588
Artigos para Oferta	3.505	2.662
Conservação e Reparação	510.795	240.912
Rendas e Alugueres	478.071	591.128
Despesas Representação	970	3.164
Comunicação	537.583	460.978
Deslocações e Estadas	40.002	27.692
Seguros	36.716	16.096
Gastos com Trabalho Independente	20.618	16.999
Publicidade e Propaganda	467.925	220.137
Limpeza, Higiene e Conforto	33.688	32.605
Contencioso e Notariado	98	97
Vigilância e Segurança	2.512	6.601
Trabalhos Especializados	7.104.431	6.329.773
Quotizações (Actividade)	43.686	49.742
Despesas de Condomínio	33.624	43.937
Reuniões e Seminários		197
Despesas Bancárias - Comissões	17.980	34.789
Outros Fornecedores e Serviços	18.169	15.751
Total	9.545.149	8.279.692

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de 3.846 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.289 milhares de Euros em 2009).

Esta rubrica incluiu também os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas. Durante o exercício de 2010 foram facturados 15.450 Euros relativos a serviços de revisão legal de contas (15.450 Euros em 2009) e 36.975 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade (56.750 Euros em 2009).

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante o exercício de 2010 o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efectivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

Cate g o r i a P r o f i s s i o n a l	Nº médio de colaboradores	
	2010	2009
Direcção	3	3
Quadro Técnico	24	18
Chefe de Secção / Serviços	6	6
Regularizador Sinistros	12	14
Escriturário	6	4
Total	51	45

Despesas com o pessoal

O montante das despesas com o pessoal no exercício foi o seguinte:

Contas	Rubricas	2010	2009
	Remunerações		
6800	- dos órgãos sociais	239.009	207.437
6801	- do pessoal	1.894.282	1.841.960
6802	Encargos sobre remunerações	363.436	370.560
	Benefícios pós-emprego		
68031	- Planos de benefícios definidos	20.352	-22.843
6805	Benefícios de cessação de emprego	-534	8.233
6806	Seguros obrigatórios	32.378	30.072
6807	Gastos de acção social	105.758	76.267
6808	Outros gastos com pessoal	110.647	48.666
	Total	2.765.329	2.560.353

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

Contas	Rubricas	2010	2009
	Remunerações		
6800	- remuneração mensal	133.666	140.260
6801	- subsídio de férias	11.047	12.532
6802	- subsídio de natal	2.754	12.099
	- gratificações a título de participação nos resultados	86.000	36.500
	- outras	5.543	6.047
	Encargos sobre remunerações	7.194	8.506
	Benefícios pós-emprego		
68031	- Planos de benefícios definidos	6.445	-7.175
6805	Benefícios de cessação de emprego	-534	8.233
	Total	252.114	217.001

12. Obrigações com benefícios dos empregados

Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., a Companhia estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma é efectuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2010.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2010 e 2009, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2010	2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1% - 3,75% (*)	1% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,19% (*) - 4,74%	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” elevado.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2010	2009
Activos	12	12
Total	12	12

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2010	2009
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-292.622	-261.419
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	279.069	277.162
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	-13.553	15.743
Desvios actuariais diferidos em 31 Dezembro	-299.243	-315.886
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro	-312.796	-300.143

As responsabilidades em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Responsabilidades em 1 de Janeiro	261.419	277.150
Custo do serviço corrente	37.403	37.491
Custo dos juros	14.166	15.534
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-12.667	-61.057
Benefícios pagos pela Companhia	-7.699	-7.699
Responsabilidades em 31 de Dezembro	292.622	261.419

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	277.162	231.342
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	13.969	12.884
Ganhos e perdas actuariais	-12.062	9.482
Contribuições pagas pelos participantes do fundo		23.454
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	279.069	277.162

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	-315.886	-251.031
(Ganhos) e perdas actuariais		
- outros	-	-6.341
- nas responsabilidades	-12.667	-61.057
- nos activos do plano	12.062	-9.482
Amortização do exercício	17.248	12.025
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	-299.243	-315.886
Dos quais:		
Dentro do corredor	-27.907	-27.716
Fora do corredor	-271.336	-288.170

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2010 e 2009, pode ser analisada como segue:

	2010	2009
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	-15.743	45.808
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	-12.667	-61.057
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	12.062	-9.482
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	37.403	37.491
- Custo dos juros	14.166	15.534
- Rendimento esperado do fundo	-13.969	-12.884
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-7.699	-31.153
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	13.553	-15.743

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	37.403	37.491
Custo dos juros	14.166	15.534
Rendimento esperado do fundo	-13.969	-12.884
Amortização do exercício	-17.248	-12.025
Custos do exercício	20.352	28.116

A evolução dos activos / (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Em 1 de Janeiro	-300.143	-296.839
Custo do exercício	-20.352	-28.116
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	7.699	31.153
Outros	-	-6.341
Em 31 de Dezembro	-312.796	-300.143

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2010	%	2009	%
Terrenos e edifícios	8.061.200	13,65%	8.095.835	13,02%
Activos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas			4.186.505	6,73%
Acções e outros títulos de rendimento variável	17.176.384	29,09%	17.978.682	28,92%
Títulos de rendimento fixo	31.901.260	54,02%	29.892.998	48,09%
Depósitos em instituições de crédito	1.142.477	1,93%	2.133.485	3,43%
Devedores e credores do fundo	282.101	0,48%	-564.629	-0,91%
Juros a receber	490.755	0,83%	440.654	0,71%
Total	59.054.177	100%	62.163.530	100%

Os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES Seguros representa apenas cerca de 0,45% do total do fundo.

A Companhia não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades da Companhia.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos podem ser analisados como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades	-292.622	-261.419	-277.150	-696.792	-566.186
Saldo dos fundos	279.069	277.162	231.342	271.000	139.000
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	-13.553	15.743	-45.808	-425.792	-427.186
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes das responsabilidades	-12.667	-61.057	-261.642	-17.000	8.000
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes dos fundos	-12.062	9.482	37.626	-7.000	9.000

13. Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação:

Rubricas	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	2.191	50.560	-48.368		26.027	-26.027
Total	2.191	50.560	-48.368		26.027	-26.027

Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes do processo de amortização dos investimentos financeiros:

Rubricas	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	64.476	344.654	-280.179	130.750	126.596	4.154
De investimentos a deter até à maturidade	4.693		4.693	47.175	3.940	43.235
Total	69.169	344.654	-275.486	177.925	130.536	47.389

14. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

Rubricas	2010		2009	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	7.385	83	11.785	-233
Outros rendimentos/(gastos)		-43.008		-14.599
Total	7.385	-42.924	11.785	-14.832

15. Ajustamentos e outras provisões

Os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisados como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490-Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903-De Outros Tomadores de Seguro	117.468		25.824	91.644
Total	117.468		25.824	91.644

16. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	2010	2009
Numerário	1.000	1.000
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	623.758	2.800.706
Caixa e seus equivalentes	624.758	2.801.706

A rubrica “Depósitos bancários imediatos mobilizáveis” a 31 de Dezembro de 2010 não inclui o saldo negativo da conta à ordem “BES saúde” de 310.346 Euros, pois devido à sua natureza credora, encontra-se incluído na rubrica do passivo “Contas a pagar por outras operações”

17. Inventário de participações e instrumentos financeiros - Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2 Outros							
2.1 Títulos Nacionais							
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 Acções							
AdvanceCare, S.A.	1	5,00		5,00	5	7,17	7
ES Contact Center, S.A.	43.750	1,00		1,00	43.750	1,20	52.378
Sub-total	43.751				43.755		52.385
Total	43.751				43.755		52.385
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
O.Tesouro - OT 5,15% Jun/2011	824.500.000	0,01	100,40	0,01	8.277.885	0,01	8.472.754
O.Tesouro - PORTUGUESE OT 4.75% 14/06/19	300.000.000	0,01	99,97	0,01	2.998.980	0,01	2.711.332
O.Tesouro - OT 5.45% 09/23/13	300.000.000	0,01	107,89	0,01	3.236.741	0,01	3.083.797
O.Tesouro - OT 3.6% 15/10/2014	200.000.000	0,01	100,11	0,01	2.002.176	0,01	1.886.589
Sub-total	1.624.500.000				16.515.782		16.154.472
2.1.2.3 De outros emissores							
Obrigações - CAIXA GERAL DEPO 12/12/2011	12	50.000,00	102,75	51.375,00	616.500	48.335,36	580.024
Obrigações - BANCO ESPRITO SANTO SA 05/06/14	40	50.000,00	99,53	49.766,50	1.990.660	44.610,45	1.784.418
Obrigações - CAIXA GER DE DEP 13/05/2013	20	50.000,00	103,60	51.800,00	1.036.000	46.993,91	939.878
Obrigações - ESPRITO SANTO FIN GRP 21/10/19	10	100.000,00	99,79	99.791,00	997.910	65.587,33	655.873
Obrigações - BES VIDA SUBORDINADA PERPETUA	200	50.000,00	100,00	50.000,00	10.000.000	50.156,93	10.031.387
Obrigações - BANCO ESPRITO SANTO SA 21/01/15	40	100.000,00	49,87	49.871,25	1.994.850	42.482,03	1.699.281
Obrigações - REN REDES ENERG 6.375% 12/13	20	100.000,00	55,25	55.250,00	1.105.000	53.488,39	1.069.768
Obrigações - EDP FINANCE BV 3.25% 16/03/2015	1.000	100.000,00	0,99	991,63	991.630	945,82	945.822
Sub-total	1.342				18.732.550		17.706.451
Total	1.624.501.342				35.248.332		33.860.923
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.1 Acções							
Acções - LYXOR ETF MSCI EUROPE	3.300	330.000,00	0,03	90,41	298.367	95,69	315.777
Sub-total	3.300				298.367		315.777
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
Obrigações - GREECE 3.8% 20/03/2011	3.000	1.000,00	97,01	970,12	2.910.349	1.014,93	3.044.776
Obrigações - TREASURY 4% 2011 4%11/11/2011	200.000.000	0,01	104,12	0,01	2.082.330	0,01	1.973.459
Obrigações - FRENCH T NOTE 1.5%12/09/2011	1.000.000	1,00	100,08	1,00	1.000.820	1,01	1.009.871
Obrigações - BUONI POLIENALI DEL TES01/09/11	2.000	1.000,00	104,97	1.049,72	2.099.430	1.025,14	2.050.278
Obrigações - BTPS 4.25% 01/08/2014	2.000	0,01	107.10150,00	1.071,02	2.142.030	1.042,99	2.085.980
Obrigações - EUROPEAN INVEST BANK 15/01/2018	2.000	1,00	98841,50	988,42	1.976.830	997,82	1.995.635
Obrigações - SFEF 3.25% 16/01/2014	1.000	1.000,00	105,38	1.053,78	1.053.780	1.073,56	1.073.564
Sub-total	201.010.000				13.265.569		13.233.563
2.2.2.3 De outros emissores							
Obrigações - ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1.000	1.000,00	100,02	1.000,18	1.000.176	979,91	979.913
Obrigações - SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL	2.000	1.000,00	100,30	1.003,00	2.006.004	947,79	1.895.588
Obrigações - DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2.000	1.000,00	100,11	1.001,09	2.002.176	1.000,11	2.000.216
Obrigações - TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12	80	50.000,00	100,87	50.435,67	4.034.854	49.149,06	3.931.925
Obrigações - BBVA CAPITAL UNIPERS 23/05/2017	20	100.000,00	100,35	100.350,40	2.007.008	88.808,44	1.776.169
Obrigações - HSBC FINANCE CORP 05/04/2013	3.000	1.000,00	100,05	1.000,53	3.001.581	971,28	2.913.842
Obrigações - SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017	25	50.000,00	99,95	49.974,75	1.249.369	44.141,63	1.103.541
Obrigações - BELGELEC FINANCE SA 03/05/2011	40	50.000,00	99,45	49.724,25	1.988.970	50.032,33	2.001.293
Obrigações - CAGRICOLE 6% 24/06/2013	50	50.000,00	100,27	50.135,07	2.506.754	55.962,64	2.798.132
Obrigações - ENDESA CAPITAL SA 22/11/2011	60	50.000,00	98,61	49.302,91	2.958.175	49.697,92	2.981.875
Obrigações - SHELL INTERNATIONAL FIN 14/05/13	1.000	1.000,00	99,92	999,24	999.245	1.045,09	1.045.086
Obrigações - CREDIT AGRICOLE SA 5.875%11/06/2019	100	50.000,00	100,17	50.084,97	5.008.497	54.465,23	5.446.523
Obrigações - CRED AGRICOLE COV BOND 21/07/14	30	50.000,00	99,88	49.940,00	1.498.200	52.489,01	1.574.670
Obrigações - PFIZER INC 3.625%03/06/2013	20	50.000,00	102,54	51.268,00	1.025.360	53.079,27	1.061.585
Obrigações - SANOFI-AVENTIS 3.125%10/10/2014	500	1.000,00	99,88	998,83	499.415	1.035,25	517.625
Obrigações - CREDIT AGRICOLE27/04/12	20	100.000,00	99,65	99.651,50	1.993.030	99.779,36	1.995.587
Obrigações - CARREFOUR 6,625% 2013	1.000	100.000,00	1,14	1.142,83	1.142.830	1.128,86	1.128.864
Obrigações - FRANCE TELECOM 7,25% 2013	695	100.000,00	1,13	1.127,03	783.286	1.173,35	815.477
Obrigações - DIAGEO CAPTAL 2013	1.000	100.000,00	1,10	1.095,03	1.095.030	1.109,24	1.109.245
Obrigações - ENI SPA 4.625% 2013	1.000	100.000,00	1,07	1.069,93	1.069.930	1.086,62	1.086.618
Obrigações - BHP BILLITON FIN 2012	1.000	100.000,00	1,05	1.050,23	1.050.230	1.073,49	1.073.487
Obrigações - KFW 3/07/2013	1.000	100.000,00	1,00	1.002,03	1.002.030	1.003,04	1.003.043
Obrigações - KFW 16/07/2013	20	100.000,00	50,23	50.226,50	1.004.530	50.291,58	1.005.832
Obrigações - BK NEDERLANDSE GEMEENTEN16/12/13	1.000	100.000,00	1,07	1.067,53	1.067.530	1.055,57	1.055.571
Obrigações - ROCHE HLDG INC 5.625% 04/03/2016	1.000	100.000,00	0,57	570,18	570.180	584,80	584.796
Sub-total	17.660				42.564.389		42.886.503
Total	201.030.960				56.128.325		56.435.842
2.3 Derivados de negociação							
CALL BES (Deal EQO 2394)	16.696			1,85	30.930		
Sub-total	16.696				30.930		
3 - TOTAL GERAL	1.825.592.749				91.451.342		90.349.151

18. Activos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro 2010 e 2009 são analisados como segue:

Rubricas	2010		2009	
	Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre acções/índices				
Equity/Index Options	115.500		115.500	828
Total	115.500		115.500	828

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	22.751.652	19.217	-829.861		21.941.009
De outros emissores	51.895.035	618.431	-1.951.899		50.561.567
Acções	346.528	21.634			368.162
Outros títulos					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.993.216	659.282	-2.781.760		72.870.738

Rubricas	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	17.672.040	322.061	-4.988		17.989.113
De outros emissores	59.205.109	1.044.447	-1.301.248		58.948.308
Acções	48.162	4.224			52.385
Outros títulos	400				400
Saldo em 31 de dezembro de 2009	76.925.711	1.370.732	-1.306.236		76.990.206

⁽¹⁾ Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para a venda por prazos de vencimento é como segue:

Rubricas	2010	2009
Até 3 meses	3.344.535	147.977
De 3 meses a um ano	12.241.724	15.583.363
De um a cinco anos	41.032.125	43.189.609
Mais de cinco anos	15.884.192	18.016.473
Duração indeterminada	368.162	52.785
Total	72.870.738	76.990.206

20. Níveis hierárquicos dos investimentos financeiros valorizados ao justo valor

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados activos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

O escalonamento dos activos financeiros detidos para negociação e dos activos financeiros disponíveis para venda, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

Rubricas	Nível 1	Nível 2	Total
Activos Financeiros detidos para negociação			
Activos disponíveis para venda	72.818.353	52.385	72.870.738
Total em 31 de Dezembro de 2010	72.818.353	52.385	72.870.738

Rubricas	Nível 1	Nível 2	Total
Activos Financeiros detidos para negociação		828	828
Activos disponíveis para venda	75.635.106	1.355.100	76.990.206
Total em 31 de Dezembro de 2009	75.635.106	1.355.928	76.991.034

Em 2010 não existiram transferências de activos entre Níveis, bem como a Companhia não possui investimentos classificados no Nível 3.

21. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber é analisada como segue:

Rubricas	2010	2009
Outros depósitos - capital	8.324.655	9.257.638
Outros depósitos - Juros decorridos	22.610	21.754
Sub-Total	8.347.265	9.279.392
Empréstimos Concedidos - capital	10.000.000	10.000.000
Empréstimos Concedidos - Juros decorridos	31.387	27.702
Sub-Total	10.031.387	10.027.702
Total	18.378.652	19.307.094

22. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública - capital	7.243.601	7.238.907
Títulos de dívida pública - juro decorrido	203.426	203.426
Valor de balanço	7.447.026	7.442.333
Justo valor	7.431.762	7.810.676

Em 31 de Dezembro de 2010, a maturidade dos activos da carteira a deter até à maturidade é de 6 meses.

23. Outros activos fixos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	272.455	133.642					30.403		108.409
Máquinas e ferramentas	59.189	45.514	1.335				3.212		11.797
Equipamento informático-Hardware	1.135.813	992.081	56.263				78.931		121.064
Instalações interiores	270.354	197.594					17.361		55.399
Outras activos tangíveis	33.999	20.398					3.032		10.569
Total	1.771.809	1.389.229	57.597				132.940		307.238

O modelo de valorização aplicado aos activos tangíveis foi especificado no ponto 2.8.

Durante o exercício de 2010 não foi registada qualquer perda por imparidade nos activos tangíveis.

24. Activos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.216	17.914					2.302		
Despesas em edifícios arrendados	650.596	227.590					65.060		357.947
Software	7.919.000	7.801.102	154.758				103.059		169.597
Patentes, Marcas e Alvarás	385	26					77		282
Imobilizações em curso	851.391		366.296						1.217.687
Total	9.441.588	8.046.632	521.053				170.497		1.745.512

O modelo de valorização aplicado aos activos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

25. Provisões técnicas e custos com sinistros

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

Rubricas	Montante	Custos de aquisição diferidos	Valor de Balanço 2010	Valor de Balanço 2009
Provisão para prémios não adquiridos				
De seguro directo	40.329.682	-6.652.049	33.677.633	32.060.433
De resseguro cedido	-21.516.313	12.523.533	-8.992.779	-8.162.305
Provisão matemática				
Provisão para sinistros				
De seguro directo	42.299.121		42.299.121	49.430.923
De resseguro cedido	-3.700.069		-3.700.069	-5.661.842
Provisão para desvios de sinistralidade	1.064.330		1.064.330	889.817
Provisão para riscos em curso	2.636.809		2.636.809	2.198.518
Provisão para envelhecimento	1.541.501		1.541.501	1.541.501

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 13.597.160 euros (em 2009: 17.507.706 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 2.070.740 euros (em 2009: 1.833.518 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2010.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

Evolução das Provisões para Sinistros											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estimativa inicial dos custos com sinistros	3.430.843	5.996.109	11.347.898	15.766.439	24.181.356	33.194.609	40.196.443	46.433.757	49.120.218	49.430.923	42.299.121
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	3.090.172	4.183.987	6.898.864	6.617.500	7.762.985	9.661.720	10.287.553	10.086.380	9.558.170	12.258.391	
Dois anos depois	3.351.945	5.653.232	7.888.305	7.721.879	10.226.437	12.747.914	13.694.423	12.917.489	13.442.691		
Três anos depois	4.284.395	6.022.901	8.472.970	9.284.472	12.582.410	15.207.136	15.670.306	15.894.945			
Quatro anos depois	4.313.522	6.453.208	9.122.964	10.711.491	14.340.561	16.739.019	18.334.227				
Cinco anos depois	4.643.423	6.596.726	10.294.419	12.042.766	15.590.992	18.384.753					
Seis anos depois	4.731.898	6.968.893	11.229.080	12.938.487	16.726.369						
Sete anos depois	4.821.022	7.205.653	11.606.767	13.997.265							
Oito anos depois	4.883.900	7.295.011	12.525.548								
Nove anos depois	4.884.247	7.543.903									
Dez anos depois	4.899.984										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	4.200.579	6.902.817	11.976.213	17.068.201	25.570.426	32.818.586	40.356.540	45.126.157	44.864.762	39.647.050	
Dois anos depois	4.386.242	7.303.201	13.773.652	18.465.838	25.699.679	33.246.379	38.828.791	40.885.913	35.093.340		
Três anos depois	4.874.923	8.471.712	15.218.181	18.722.499	26.012.398	32.225.745	36.033.464	32.118.586			
Quatro anos depois	5.064.070	8.798.500	15.159.578	18.954.978	25.320.589	29.867.033	29.392.350				
Cinco anos depois	5.201.074	8.622.253	15.243.219	18.530.823	23.289.001	25.260.241					
Seis anos depois	5.191.771	8.566.478	14.903.392	17.265.396	20.747.368						
Sete anos depois	5.239.426	8.535.983	14.545.840	15.674.335							
Oito anos depois	5.150.033	8.267.541	13.684.613								
Nove anos depois	5.148.508	8.111.836									
Dez anos depois	5.098.557										
Excedente/(défice) acumulado	-1.667.714	-2.115.727	11.347.898	92.105	3.433.988	7.934.368	10.804.093	14.315.171	14.026.877	9.783.873	

Anexo 2:

Ramos / Grupos de Ramos		Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2010 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida					
Acidentes e Doença	Acidentes Pessoais	568.889	328.974	393.826	153.911
	Doença	4.555.886	3.357.688	826.375	-371.823
Incêndio e outros danos		4.208.059	3.200.878	794.944	-212.237
Automóvel					
- Responsabilidade Civil		39.139.197	5.086.630	25.063.599	-8.988.968
- Outras Coberturas		958.892	284.221	309.914	-364.757
Total Geral		49.430.923	12.258.391	27.388.658	-9.783.873

* Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

26. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	2010	2009
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores	330.791	1.538.635
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	114.631	199.342
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2.559.610	2.026.623
TOTAL	3.005.032	3.764.600

27. Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2010 e 2009 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de 29% e 26,5% respectivamente, aplicável às actividades da Companhia. A alteração da taxa deve-se à derrama estadual, criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida pública.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Os activos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido dos respectivos pagamentos por conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a actividade de seguros não vida.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
Imposto sobre o rendimento		271.179	295.889	
Outros impostos e taxas	5		998.935	1.012.166
Total	5	271.179	1.294.824	1.012.166

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 explica-se como segue:

Rubricas	2010	2009
Imposto corrente	1.546.639	1.509.094
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	11.019	445.151
Total do imposto registado em resultados	1.557.658	1.954.245

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

Rubricas	2010	2009
Activos financeiros	619.564	-12.060
Pensões	78.523	86.693
Outras Provisões	60.901	62.763
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	758.988	137.396

A natureza dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos, dizem respeito a diferenças temporárias.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009 explica-se como segue:

Rubricas	2010		2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	-986	632.610	-378.672	-807.144
Pensões	-8.170		-15.921	
Outras Provisões	-1.862		-50.558	
Total	-11.019	632.610	-445.151	-807.144

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2010 e 2009 explica-se como segue:

Rubricas	2010	2009
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	632.610	-807.144
Total do imposto registado em reservas	632.610	-807.144

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

Rubricas	2010	2009
Resultado líquido antes de impostos	5.448.942	7.381.277
Taxa de imposto estatutária (em 2009, 12.500€ à taxa de 12,5%)	29,0%	26,5%
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária	1.528.631	1.954.476
Contribuições para fundo de pensões e prémios de seguro não aceites	5.902	3.652
Benefícios fiscais	-10.356	-10.669
Outros	17.755	-5.373
Tributação autónoma	15.726	12.160
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.557.658	1.954.245

28. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Activo) em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	2010	2009
Acréscimos de rendimentos		1.652
Gastos diferidos	2.635.018	1.281.483
Total	2.635.018	1.283.136

A rubrica de gastos diferidos inclui em 2010 o montante de 2.547 milhares de Euros, respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

29. Afectação dos investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2010, a afectação dos investimentos e outros activos é analisada como segue:

Rubricas	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	623.758	1.000	624.758
Activos financeiros disponíveis para venda	72.818.353	52.385	72.870.738
Empréstimos concedidos e contas a receber	8.347.265	10.031.387	18.378.652
Investimentos a deter até à maturidade	7.447.026		7.447.026
Outros activos tangíveis	307.238		307.238
Total	89.543.639	10.084.772	99.628.411

30. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	2010	2009
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores	154.074	85.203
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	1.801.980	2.094.637
Contas a pagar por outras operações (nota 16)		
Outros devedores	3.415.735	2.991.775
TOTAL	5.371.790	5.171.615

31. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Rubricas	2010	2009
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	763.062	625.700
Outros acréscimos de gastos	7.815.338	7.226.725
Total	8.578.400	7.852.426

A rubrica remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui o montante de 254 milhares de euros (2009: 291 milhares de euros) e 520 milhares de euros (2009: 335 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2010 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2011.

A rubrica outros acréscimos de gastos inclui o montante de 4.457 milhares de euros (2009: 4.787 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

32. Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
492-Outras Provisões				
4921-Outras Provisões	236.843	77.703	229.817	84.729
Total	236.843	77.703	229.817	84.729

33. Capital

Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes accionistas.

Estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Empresa	Sede Social	2010		2009	
		Quantidades Acções	Percentagem Participação	Quantidades Acções	Percentagem Participação
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50-56, rue de la Procession, 75015 Paris - França	1.500.000	50,00%	1.500.000	50,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	Av. da Liberdade, 242 Lisboa	750.000	25,00%	750.000	25,00%
Banco Espírito Santo, S.A.	Av. da Liberdade, 195 Lisboa	749.800	24,99%	749.800	24,99%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	R. Alexandre Herculano Ed Quartzo, 38 Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	Av. Álvares Cabral 41, r/c Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
Total		3.000.000	100,00%	3.000.000	100,00%

Reservas

Natureza e finalidade de cada reserva

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Descrição dos movimentos de cada reserva

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

Rubricas	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	-2.981.330	790.052	2.258.037	3.468.059
Transferência para reservas			390.778	3.516.998
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos				-3.320.000
Alterações de justo valor	3.045.825	-807.144		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	64.496	-17.091	2.648.815	3.665.057
Transferência para reservas			542.704	4.884.327
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos				-5.613.000
Alterações de justo valor	-2.186.973	632.610		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-2.122.478	615.519	3.191.519	2.936.384

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2010 e 2009, é analisada da seguinte forma:

	2010	2009
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2.806.500	1.660.000
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	1.403.250	830.000
Banco Espírito Santo, S.A.	1.402.876	829.779
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	187	111
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	187	111
Total	5.613.000	3.320.000

34. Gestão dos riscos de actividade

Em termos da gestão de riscos da actividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo Interno.

Compliance

Compete à Direcção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às actividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Actividades).
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às actividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as acções a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar acções de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas;
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa;

Controlo Interno

Compete à Direcção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direcções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, actividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

Gestão de Risco

O ano de 2010 constituiu mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual, conhecendo durante o corrente ano um forte desenvolvimento, e que se espera semelhante durante o próximo ano.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos directos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes,

Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direcção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo, composto pela Comissão Executiva e pelos Directores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se acometidas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Seguros.

Constituindo como principais objectivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-activa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, standards e código de conduta;
- Reporte periódico, pelas diferentes Direcções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objectivo de garantir de que a Companhia efectua a gestão dos principais riscos que afectam o seu negócio.

Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

Subscrição:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

Tarifação:

- A Companhia tem como objectivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos;
- Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direcções da Companhia. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Presidente da Comissão Executiva e posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Actividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, protecção de dados, etc.) dos novos produtos e actividades após todas as diligências efectuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projecção realística de cash-flows baseadas em princípios actuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade para todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efectuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

Provisionamento

- Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objectivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afectar os valores reportados por isso, Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

- O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efectuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

Resseguro

- A mitigação de risco é efectuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu *rating*, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – *Excess of Loss* – para os produtos Automóvel e Multirriscos e Proporcionais – *Quota Share* – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

Apresentam-se de seguida alguns rácios de acompanhamento da actividade:

Rácios Combinados de Seguro Directo

	2010	2009	2008
Rácio de Despesas (Custos e Gastos de Exploração / Prémios Adquiridos)	24,3%	21,2%	21,3%
Acidentes Pessoais	21,4%	19,5%	14,3%
Doença	17,9%	16,7%	15,9%
Riscos Múltiplos Habitação	24,6%	30,4%	32,1%
Automóvel	36,9%	17,0%	17,0%
Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)	60,8%	62,5%	65,1%
Acidentes Pessoais	20,8%	16,2%	11,7%
Doença	83,6%	83,7%	85,5%
Riscos Múltiplos Habitação	67,0%	47,8%	41,0%
Automóvel	24,6%	56,1%	70,2%
Rácios Combinados de Seguro Directo	85,2%	83,7%	86,4%
Acidentes Pessoais	42,1%	35,7%	26,0%
Doença	101,5%	100,4%	101,4%
Riscos Múltiplos Habitação	91,6%	78,3%	73,1%
Automóvel	61,5%	73,1%	87,2%

Rácios Combinados líquidos de resseguro

	2010	2009	2008
Rácio de Despesas líquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	21,7%	19,9%	20,4%
Doença	17,8%	16,6%	15,8%
Riscos Múltiplos Habitação	26,7%	33,0%	34,7%
Automóvel	43,2%	19,7%	19,4%
Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	72,6%	71,1%	70,3%
Doença	87,0%	87,8%	89,4%
Riscos Múltiplos Habitação	73,3%	52,9%	44,0%
Automóvel	42,6%	65,1%	72,4%
Rácio combinado, líquido de resseguro	94,4%	90,9%	90,7%
Doença	104,8%	104,4%	105,2%
Riscos Múltiplos Habitação	99,9%	85,9%	78,7%
Automóvel	85,7%	84,8%	91,8%

São apresentados rácios distintos no que diz respeito à actividade de seguro directo ou incluindo a componente de resseguro.

Em ambos, o rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e o rácio de despesas.

Para este efeito, o rácio de sinistralidade resulta do quociente entre o montante dos custos com sinistros incluindo custos imputados (de seguro directo ou líquidos de resseguro, conforme se incorpore ou não a vertente de resseguro) e os prémios adquiridos respectivos (de seguro directo ou líquidos de resseguro).

O rácio de despesas resulta do quociente entre os custos de exploração (custos directos e imputados com aquisição e custos administrativos (de seguro directo ou líquidos de resseguro, conforme se incorpore ou não a vertente de resseguro) e os prémios adquiridos respectivos (de seguro directo ou líquidos de resseguro)

Na análise evolutiva destes rácios, de salientar o crescimento verificado no rácio de sinistralidade do riscos múltiplos habitação, influenciado pelas intempéries verificadas no início do ano, em particular a verificada na Ilha da Madeira. Em sentido oposto, verificou-se uma redução do rácio de sinistralidade do Automóvel, influenciada pelo decréscimo verificado na provisão para sinistros devido ao encerramento de sinistros de anos anteriores com um custo inferior ao estimado e à adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados.

Por outro lado, o rácio de despesas verificou uma evolução inversa nestes ramos, uma vez que uma das suas componentes de custos de aquisição é influenciada pelo maior ou menor resultado técnico do ramo. Assim, e pelas razões atrás referidas, o rácio de despesas apresenta-se a diminuir no ramo Riscos Múltiplos Habitação e a aumentar no ramo automóvel.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité Financeiro. Este órgão reúne regularmente com o objectivo de efectuar recomendações para a Comissão Executiva sobre a definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como factor de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os activos possam representar as provisões técnicas.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

Relativamente ao risco de liquidez a Companhia definiu que deverá ter um nível de liquidez que permita satisfazer os compromissos de curto prazo da Companhia. A monitorização do plano de tesouraria é efectuada semanalmente, bem como a previsão das necessidades de liquidez.

O tratado de resseguro existente permite a antecipação do montante do sinistro.

Risco de taxa de juro

No que concerne ao risco de taxa de juro, a Política Financeira é bastante restritiva.

A monitorização da evolução destes tipos de risco é efectuada mensalmente pela Direcção de Investimentos, nomeadamente no que se refere à evolução das taxas de juros, à avaliação da concentração dos activos e ao acompanhamento da carteira de investimentos.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos e no resseguro (risco de contraparte).

A Companhia identificou como relevantes, os clientes, o resseguro e os investimentos.

Ao nível dos clientes informa-se que devido à configuração específica da actividade, banca-seguros, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de incumprimento. A acrescer a este facto, a publicação da Lei das Cobranças veio tornar este risco praticamente inexistente na actividade das seguradoras.

No que respeita ao resseguro, como critério de selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de *rating*, efectuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução. A Companhia continua a operar com os principais resseguradores mundiais.

Relativamente aos investimentos as regras definidas pela política de investimento da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação sectorial, por emitente e o *rating* das entidades envolvidas.

A Companhia não se encontra exposta ao risco de derivados, dado que não utiliza instrumentos derivados.

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisado como segue:

Rubricas	2010						Total
	Aaa	Aa	A	BBB	BB	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			1.000	623.758			624.758
Activos financeiros detidos para negociação							
Activos disponíveis para venda	8.718.185	6.942.347	40.772.183	12.369.211	3.700.649	368.162	72.870.738
Empréstimos e contas a receber							
outros depósitos				8.347.265			8.347.265
Empréstimos concedidos						10.031.387	10.031.387
Investimentos a deter até à maturidade			7.447.026				7.447.026
Provisões técnicas de resseguro cedido	233.425	686.324	1.899.902			9.873.198	12.692.849
Contas a receber por operações de seguro directo						239.147	239.147
Contas a receber por outras operações de resseguro	49.453	65.177					114.631
Contas a receber por outras operações						2.559.610	2.559.610
Total	9.001.063	7.693.847	50.120.112	21.340.234	3.700.649	23.071.505	114.927.410

Rubricas	2009					
	Aaa	Aa	A	BBB	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			2.798.222	3.484		2.801.706
Activos financeiros detidos para negociação			828			828
Activos disponíveis para venda	7.774.101	33.655.674	26.206.083	9.301.563		76.937.421
Empréstimos e contas a receber						
outros depósitos			8.690.655	588.738		9.279.392
Empréstimos concedidos					10.027.702	10.027.702
Investimentos a deter até à maturidade		7.442.333				7.442.333
Provisões técnicas de resseguro cedido	458.207	1.300.313	9.894.078		2.171.548	13.824.147
Contas a receber por operações de seguro directo					1.421.167	1.421.167
Contas a receber por outras operações de resseguro	8.331	25.903	93.692		71.415	199.342
Contas a receber por outras operações					2.026.623	2.026.623
Total	8.240.639	42.424.223	47.683.558	9.893.785	15.718.456	123.960.661

A repartição dos activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

Sectores de Actividade	2010		
	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda	Activos financeiros detidos até à maturidade
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto
Indústrias Extractivas		1.073.487	
Indústrias Alimentares, das Bebidas		1.109.245	
Electricidade, Gás e Água		6.998.758	
Comércio por Grosso e a Retalho		1.128.864	
Transportes e Comunicações		7.727.531	
Actividades Financeiras		26.534.875	
Serviços Prestados às Empresas		52.385	
Refinação de Petróleo		2.131.704	
Administração e Serviços Públicos		23.949.883	7.447.026
Outros		2.164.006	
TOTAL		72.870.738	7.447.026

Sectores de Actividade	2009		
	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda	Activos financeiros detidos até à maturidade
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto
Electricidade, Gás e Água		7.924.786	
Transportes e Comunicações		11.251.702	
Actividades Financeiras	828	37.168.282	
Serviços Prestados às Empresas		52.785	
Refinação de Petróleo		1.040.441	
Administração e Serviços Públicos		17.989.113	7.442.333
Outros		1.563.098	
TOTAL	828	76.990.206	7.442.333

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

País Emissor	Valor de Balanço
Grécia	3.044.776
Portugal	16.154.472
França	2.083.435
Irlanda	1.973.459
Itália	4.136.258
Luxemburgo	1.995.635
Total	29.388.035

Risco cambial

Os activos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência.

A Companhia tem todos os seus passivos e activos denominados em euros, pelo que não se encontra sujeita a este tipo de risco.

Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direcção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objectivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transacções e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transacções;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de acção para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta;
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direcção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direcção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direcção de Auditoria Interna, e da Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo, o Comité de Controlo Interno e o Comité de *Compliance* implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco.

O objectivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objectivo de mitigar o risco de outsourcing, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objectivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

Risco de reputação

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efectuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspectos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respectiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”;
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Risco estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objectivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objectivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessários à sua prossecução.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respectivos impactos no capital próprio e resultado:

Rubricas	Capital Próprio		Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem risco	-770.826	-783.266	360.000	407.711
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem risco	776.161	823.490	-352.487	-352.985
Crescimento de 10% nas despesas gerais	-908.488	-828.275	-1.279.560	-1.126.904

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a Companhia, é analisado como segue:

Rubricas	2010		2009	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	624.758	624.758	2.801.706	2.801.706
Empréstimos e contas a receber:				
Outros depósitos	8.347.265	8.347.265	9.279.392	9.279.392
Empréstimos concedidos	10.031.387	8.851.108	10.027.702	9.293.385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.913.388	2.913.388	3.647.132	3.647.132
Investimentos a deter até à maturidade	7.447.023	7.431.762	7.442.333	7.810.676
Activos financeiros ao justo valor	29.363.820	28.168.280	33.198.265	32.832.291
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.371.790	5.371.790	5.171.615	5.171.615
Passivos financeiros ao justo valor	5.371.790	5.371.790	5.171.615	5.171.615

Caixa, Disponibilidades em instituições de crédito:

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Empréstimos e contas a receber, devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros:

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

35. Margem de solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os

requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efectuada quaisquer alterações ao Capital Social, objectivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

Rubricas	2010(*)	2009
Elementos constitutivos margem solvência		
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-2.122.478	64.496
Reserva por impostos diferidos	615.519	-17.091
Reserva legal	3.191.519	2.648.815
Resultados transitados	2.936.384	3.665.057
Resultado líquido do exercício	3.891.284	5.427.031
Distribuição de dividendos		5.613.000
Dif. critério alternativo títulos rendimento fixo	15.264	
Imobilizações incorpóreas líquidas	1.745.512	1.394.956
Sub-total (1)	21.751.451	19.780.351
Cálculo da margem:		
Pelo método dos prémios	13.135.326	12.535.770
Pelo método dos sinistros	11.231.391	10.840.635
Pelo resultado limite	11.055.037	12.263.681
Montante da margem de solvência a constituir (2)	13.135.326	12.535.770
Montante do fundo de garantia a constituir	4.378.442	4.178.590
Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)	8.616.125	7.244.581
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	165,6%	157,8%

(*) Estimativa

36. Transacções entre partes relacionadas

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da actividade da Companhia.

	2010				2009			
	ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	7.426.388	1.968.289	11.038.720	215.510	9.614.184	2.586.291	9.691.241	149.558
Activos financeiros	7.426.388			215.510	9.614.184			149.558
Prestação de serviços		1.968.289	11.038.720			2.586.291	9.691.241	
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.		12.311	113.093			122.003	191.500	
Prestação de serviços		12.311	113.093			122.003	191.500	
ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.		51				90		
Prestação de serviços		51				90		
Besleasing & Factoring, S.A				15.129	1.302.315			41.332
Activos financeiros				15.129	1.302.315			41.332
ESEGUR, S.A.			1.647				7.410	
Prestação de serviços			1.647				7.410	
ES Contact Center, S.A.	52.378				52.378		486	
Activos financeiros	52.378				52.378		486	
SGL		4.420	24.400			4.420	24.400	
Prestação de serviços		4.420	24.400			4.420	24.400	
Multipessoal, S.A.						330	330	
Prestação de serviços						330	330	
Espírito Santo Financial Group	655.873			68.750	1.042.633			13.373
Activos financeiros	655.873			68.750	1.042.633			13.373
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	25.974		4.706		8.701	3.135	7.247	
Activos financeiros	24.682				8.701			
Prestação de serviços	1.292		4.706			3.135	7.247	
Europ Assistance - Serviços Assistência		1.452	17.352			1.440	17.280	
Prestação de serviços		1.452	17.352			1.440	17.280	
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A		7.500	21.859			10.000	1.843	
Prestação de serviços		7.500	21.859			10.000	1.843	
CREDIT AGRICOLE SA	11.814.913			513.215	11.981.582			384.645
Activos financeiros	11.814.913			513.215	11.981.582			384.645
Europ Assistance		243.306		2.764.790		226.396		-2.571.084
Prestação de serviços		243.306				226.396		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro				2.764.790				-2.571.084
BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	10.031.387	4.715	367.181	331.351	10.071.867		362.228	422.826
Activos financeiros	10.031.387			331.351	10.027.702			
Prestação de serviços		4.715	367.181		44.165		362.228	422.826
BES Açores	4.086.111	72.562	178.026	76.535	4.072.145	75.960	192.956	122.829
Activos financeiros	4.086.111			76.535	4.072.145			122.829
Prestação de serviços		72.562	178.026			75.960	192.956	
AdvanceCare, S.A		660.643	3.960.429	3		727.409	3.288.813	2
Prestação de serviços		660.643	3.960.429	3		727.409	3.288.813	2
Esumédica, S.A.		672	3.928			623	4.399	
Prestação de serviços		672	3.928			623	4.399	

A natureza do relacionamento entre a BES Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1*) Comercialização de seguros;
- (2*) Investimentos em títulos de dívida;
- (3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
- (4*) Resseguro;
- (5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus accionistas.

37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia

IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o crédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usadas pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente. [Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.

- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

37.4 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;

- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas."

NOTA 38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

3. Certificação Legal das Contas \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de BES, Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de activo de 120.374.171 Euros e um total de capital próprio de 23.512.227 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.891.284 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BES, Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)